

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**CHEGAR E SOBREVIVER EM MANAUS: REALIDADE E INSERÇÃO DO
IMIGRANTE NO MERCADO DE TRABALHO E NO ESPAÇO URBANO**

TAYANA CORRÊA NAZARETH

MANAUS-AM

2010

TAYANA CORRÊA NAZARETH

**CHEGAR E SOBREVIVER EM MANAUS: REALIDADE E INSERÇÃO DO
IMIGRANTE NO MERCADO DE TRABALHO E NO ESPAÇO URBANO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Pery Teixeira

MANAUS-AM

2010

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Nazareth, Tayana Corrêa

N335c Chegar e sobreviver em Manaus: realidade e inserção do
imigrante no mercado de trabalho e no espaço urbano / Tayana Corrêa
Nazareth. - Manaus: UFAM, 2010
78 f. : il. color; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) —
Universidade Federal do Amazonas, 2010
Orientador: Prof. Dr. Pery Teixeira

1. Migração interna – Manaus (AM) 2. Mercado de trabalho –
Manaus (AM) 3. Espaço urbano – Manaus (AM) I. Teixeira, Pery
(Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU(1997): 314.72:331.5(811.3)(043.3)

Para José e Fátima

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o autor da vida.

Aos meus pais José e Fátima, meus irmãos e irmãs Tatiana, Talita, Marco e Davi e minhas sobrinhas lindas Sarah e Isabelle, obrigada pelo amor compartilhado.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Pery Teixeira, pelo conhecimento, paciência infinita e por ser um grande mestre e amigo.

Aos amigos Débora, Gisa, Eliz, Junhão, Sofia, Ralyne, Naná, Saloma, Gláucio, Adlaine e Renatão, amigos para todas as horas.

Agradeço aos professores e colegas do Departamento de Economia e Análise (DEA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PRODERE), em especial aos Professores: Marília Brasil; Antonieta Vieira; Sylvio Puga; Lenice Sá e Mauro Thury.

Agradeço ao apoio financeiro oferecido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Muito obrigada.

*“Confia no Senhor de todo o teu coração, e não te estribes no teu próprio entendimento.
Reconhece-o em todos os teus caminhos, e ele endireitará as tuas veredas.”*

(Provérbios 3.5-6)

RESUMO

Um tema recorrente nos estudos de migração é dado pela inserção do migrante no local de destino, seja em termos espaciais, sociais ou ocupacionais. Esta dissertação propõe investigar e discutir a inserção do migrante no mercado de trabalho e no espaço urbano da cidade de Manaus durante a década de 1990. A análise foi feita mediante um conjunto de indicadores elaborados a partir dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), disponíveis e organizados através do aplicativo livre REDATAM. Com base nos resultados obtidos, verificou-se uma maior inserção dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho da cidade, quando comparados aos não-migrantes. Percebe-se, porém, que esta maior inserção corresponde, em grande parte, ao mercado informal de trabalho, com desproteção social e excesso de horas de trabalho. Não obstante, este fenômeno varia segundo o tempo de residência do migrante, afetando principalmente os migrantes recentes, com menos de 3 anos de residência. Quanto ao desemprego, de maneira geral, revelou-se superior entre os não-migrantes, em termos de gênero, idade e escolaridade. Com efeito, entre os migrantes, a taxa de desemprego apresentou tendência declinante conforme aumentam os anos de residência no local de destino. O setor de serviços mostrou-se de grande destaque na absorção da força de trabalho, migrante e não-migrante, de Manaus, seguido pela indústria de transformação. A distribuição dos rendimentos por condição na unidade familiar mostra que mais da metade dos responsáveis, independentemente da condição migratória, recebe até 2 salários mínimos. No que se refere à inserção dos imigrantes no espaço urbano, a utilização e o processamento de mapas permitiu uma boa aproximação de sua distribuição na cidade. Assim, revelaram que a porção da zona leste da cidade é onde se localiza a maior parte dos migrantes recentes, fato que se mostra coerente com o maior crescimento populacional desta zona na década de 1990.

Palavras-chave: migração interna; mercado de trabalho; espaço urbano.

ABSTRACT

A recurring theme in the migration studies is given by the migrant's insertion in the spot of destiny, regarding space, social or occupational terms. This essay aims at investigating and discussing the migrant's insertion in the labor market and in the urban area in the city of Manaus in the 1990s. The analysis was conducted according to a conjunction of elaborated indicators from census data of Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), available and organized through the free application REDATAM. Based on the obtained results, a bigger insertion of migrant workers in the labor market of the city was verified, when compared to non-migrants. It is perceptible, however, this biggest insertion corresponds to an informal labor market, with social lack of protection and a lot of overtime. Despite this phenomenon variation in proportion to the migrant's residence time, it affects mainly the recent migrant, with less than 3 years of residence. In general, when unemployment is concerned, it is much higher among the non-migrants in terms of genre, age and scholarity. Meanwhile, among the migrants, the tax of unemployment has revealed a decreasing tendency in conformity with the residence years in the destiny place. The service sector reveals great evidence in absorption of the labor force, migrant and non-migrant in Manaus, followed by the industry of transformation. The distribution of income per family shows that more than 50% of the people responsible for the household expenses earn up to 2 minimum wages, independently of migratory condition. Considering the incorporation of migrants in urban areas, the application and processing of maps allowed a good approximation of its distribution in the city. Thus, they reveal that the portion of the city's east side is where most recent migrants are located; a fact that is consistent with the biggest population growth in this area in the 1990s.

Key-words: *intern migration; labor market; urban space.*

LISTA DE SIGLAS

CELADE - Centro Latino-Americano de Demografia

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PEA - População Economicamente Ativa

PHILCARTO - Programa de cartográfica temática

PIA - População em Idade Ativa

PIN - Programa de Integração Nacional

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNEA - População Não Economicamente Ativa

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais

PPB - Processo Produtivo Básico

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras

REDATAM - Recuperação de Dados para Áreas pequenas por Microcomputador

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

ZFM - Zona Franca de Manaus

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de crescimento populacional médio anual: Brasil, Amazonas e Manaus, censos de 1940/2000	32
Gráfico 2 - Evolução da população natural e não-natural por tempo de residência na cidade de Manaus, censos de 1970/2000.....	33
Gráfico 3 - Local de moradia anterior, rural e urbana, migrantes recentes: censos de 1980, 1991 e 2000.	37
Gráfico 4 - Imigrantes segundo local de residência anterior, com menos de 5 anos de residência, Manaus, 2000	39
Gráfico 5 - Manaus, origem dos imigrantes intraestaduais, data-fixa, por municípios de destaque, censos 1991 e 2000.....	40
Gráfico 6 - Distribuição percentual da PEA segundo classes de idade e condição migratória, Manaus, 2000.....	44
Gráfico 7 - Grau de informalidade por condição migratória, Manaus - 2000.....	54
Gráfico 8 - Ocupados com contribuição para a previdência social por condição migratória, Manaus - 2000	55
Gráfico 9 - Trabalhadores com jornada semanal de trabalho superior a 45 horas, por condição migratória, Manaus - 2000	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição espacial dos migrantes com menos de 3 anos de residência, percentual e valores absolutos, Bairros de Manaus - 2000	34
Figura 2 – Distribuição espacial dos migrantes com 3 a 9 anos de residência, percentual e valores absolutos, bairros de Manaus - 2000	35
Figura 3 – Distribuição espacial dos migrantes com 10 anos ou mais de residência, percentual e total, bairros de Manaus - 2000.....	36
Figura 4 – Migrantes Intraestaduais e Interestaduais em Manaus, com menos de 5 anos de residência, 2000.	38
Figura 5 - Distribuição dos imigrantes segundo classes de renda, em Salários Mínimos, Manaus 2000	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição da população natural e migrante, por classes de tempo de residência, Manaus - 2000	41
Tabela 2 - Distribuição da população em idade ativa, segundo condição migratória e gênero, Manaus - 2000	46
Tabela 3 - Distribuição da população economicamente ativa por idade e condição migratória, Manaus - 2000	48
Tabela 4 - Distribuição da População em idade ativa, por anos de estudo e condição migratória, Manaus - 2000	50
Tabela 5 - População ocupada por setor de atividade e condição migratória, Manaus - 2000	51
Tabela 6 - Ocupação no trabalho principal por condição migratória, Manaus - 2000	52
Tabela 7 - Distribuição da população ocupada segundo posição na ocupação e condição migratória, Amazonas - 2000	53
Tabela 8 - Rendimento em salários mínimos por idade e condição migratória, Manaus - 2000	58
Tabela 9 - Rendimentos em Salários Mínimos por condição na unidade familiar e condição migratória, Manaus - 2000	59
Tabela 10 - Rendimento da população do sexo masculino, por condição migratória e idade, Manaus - 2000	61
Tabela 11 - Rendimentos da população feminina por condição migratória e idade, Manaus - 2000.....	62
Tabela 12 - Rendimento por setor de atividade do trabalho principal, migrantes com menos de 3 anos de residência, Manaus - 2000	63
Tabela 13 - Rendimento por setor de atividade do trabalho principal, migrantes com 3 a 9 anos de residência, Manaus - 2000	64
Tabela 14 - Rendimento por setor de atividade do trabalho principal, migrantes com 10 anos ou mais de residência, Manaus - 2000	64
Tabela 15 - Rendimento por setor de atividade do trabalho principal, Naturais do município de Manaus - 2000	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 Teorias da migração: conceitos iniciais	19
2.2 Sobre as correntes interpretativas da determinação das migrações.....	21
2.3 Os anos 1990 e o mercado de trabalho	25
CAPÍTULO 3 - OS IMIGRANTES NA CIDADE DE MANAUS	28
3.1 A ocupação da Amazônia e a cidade de Manaus: uma breve visão do processo	28
3.2 Crescimento populacional e as migrações	31
3.3 A origem dos migrantes	37
3.4 Características dos migrantes	41
CAPÍTULO 4 - O TRABALHADOR IMIGRANTE	43
4.1 O mercado de trabalho: gênero, idade e instrução	43
4.2 Distribuição da população ocupada por setor de atividade.....	50
4.3 Posição na ocupação, grau de informalidade e excesso de horas trabalhadas	53
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS RENDIMENTOS.....	57
3.1 Rendimentos do trabalho principal: Idade, sexo e condição na unidade familiar	57
3.2 Rendimentos por setor de atividade econômica.....	63
3.3 Distribuição espacial dos rendimentos na área urbana.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXOS.....	73

INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório é tema complexo e tem sido estudado amplamente no meio acadêmico. Os efeitos que exerce, tanto do ponto de vista demográfico como econômico, social e cultural, tornam o estudo das migrações de fundamental importância em diversas áreas do conhecimento.

Sua abordagem como tema relevante do conhecimento científico inicia-se com o estudo de Ravenstein (1885), o qual, ao observar os movimentos migratórios no Reino Unido, elaborou as “leis da migração”. Os estudos sobre a migração retomaram força, na década de 1960, com as contribuições de Lee (1966), Sjaastad (1962), Harris e Todaro (1970) através de uma abordagem econômica sob a ótica da escolha individual. Destacam-se ainda os estudos sobre as alterações nos salários em decorrência das migrações, como os de Borjas (1999; 2000; 2003), Friedberg (2001) e Dustmann *et al.* (2005). No Brasil, a partir na década de 1970, pode-se contar, entre diversos estudos teóricos e empíricos, com os trabalhos de Singer (1976), Martine (1994), Mata *et al.* (1973), Dedecca (2000), Goelger (2001) e Brito (2009), entre outros importantes.

Grande parte dos estudos existentes tem como principal objetivo investigar se a economia é capaz de absorver a força de trabalho dos migrantes. Existem, portanto, diversas contribuições sobre o tema em vários países, inclusive no Brasil. No presente estudo, o enfoque será dado à Região Norte, mais especificamente à cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas.

Manaus está inserida no longo processo histórico de ocupação da Amazônia, onde diversos fluxos migratórios são verificados em diferentes períodos, destacando-se, em épocas passadas, o período colonial e o período do ciclo da borracha. O fluxo mais recente teve início a partir da década de 1960. Nessa década tiveram início as políticas de desenvolvimento para a Amazônia, através das quais o Governo Federal buscou, por intermédio de programas e

incentivos, promover o desenvolvimento econômico da região e a sua integração com o restante do país. A Região Norte, desde então, vem passando por grandes mudanças socioeconômicas e demográficas.

As políticas de ocupação e desenvolvimento, principalmente durante o Governo Militar, revelaram um alto teor indutor da migração na região. Foi criada a Zona Franca de Manaus, que, a partir da sua implementação, em 1967, como área de livre comércio e de incentivos fiscais, passou a ser a grande propulsora da economia do Estado do Amazonas. Vinculado ao crescimento econômico, ocorreu o incremento populacional. De acordo com os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Manaus passou de 171.343 habitantes em 1960 para 1.802.525 habitantes em 2010, grande parte deste crescimento é fruto do intenso processo migratório em sua direção desde os anos sessenta.

Assim, na medida em que se buscou promover o desenvolvimento econômico da região, por intermédio da industrialização, houve o incentivo às migrações, que são responsáveis pela mudança na dinâmica demográfica da Região. Para Singer (1976), o processo histórico das migrações acompanha as mudanças na estrutura de produção do capitalismo, podendo-se analisar o fenômeno migratório como reflexo da industrialização. Portanto, infere-se, pela ótica histórico-estruturalista de Singer, que o crescimento econômico proporcionado pela Zona Franca de Manaus tem sido fator de atração dos migrantes para a cidade de Manaus.

Um tema recorrente nos estudos de migração é dado pela inserção do migrante no local de destino, seja em termos espaciais, sociais ou ocupacionais. A forma e a intensidade de tal inserção contribuem, certamente, para determinar a mobilidade social do migrante e, por extensão, suas condições de vida. No caso da cidade de Manaus, verifica-se a carência de estudos específicos a respeito do assunto, não obstante a magnitude do processo imigratório

que viveu e vive a capital amazonense e a extrema pobreza a que está relegada ampla parcela de seus moradores, especialmente os migrantes. Vale ressaltar que a inserção no mercado de trabalho é a principal forma de acesso à renda e à garantia de meios de sobrevivência dos indivíduos e famílias.

Diante dessas considerações, impõem-se questionamentos do tipo: Onde e como moram os migrantes no espaço urbano de Manaus? Como se situam, relativamente aos não migrantes, em relação aos níveis de instrução e renda e da forma com que estão sendo absorvidos pelo mercado de trabalho? Como estão distribuídos segundo os ramos de atividade econômica? Como evolui, no tempo, sua condição sócio-econômica, quando considerada segundo as categorias anteriores?

Obviamente, trata-se de indagações que não podem ser respondidas em profundidade apenas num texto de dissertação de mestrado. Todavia, dada a carência de estudos a respeito, urge que se proceda a iniciativas investigatórias, de caráter amplo ou específico, que contribuam para que se amplie o conhecimento da situação do migrante na cidade. Especificamente, este trabalho tratará da inserção do migrante no mercado de trabalho e no espaço urbano da cidade de Manaus.

O objetivo geral desta dissertação foi analisar as principais características referentes à inserção do migrante no mercado de trabalho e na área urbana do município de Manaus.

Especificamente,

1. Foram mapeados os locais de concentração de moradia dos migrantes e analisados os diferenciais espaciais de acordo com o tempo de residência do migrante;
2. Verificou-se o comportamento de um grupo de indicadores relacionados à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho da cidade de Manaus;

3. Examinou-se a relação entre o tempo de residência do migrante na cidade e os indicadores do mercado de trabalho.
4. Foram analisados aspectos relacionados à renda dos migrantes e não-migrantes.

Para alcançar os objetivos propostos nesta dissertação foram utilizados os dados do censo demográfico de 2000. As informações censitárias são constituídas de microdados, disponíveis e organizados através do aplicativo livre Recuperação de Dados para Áreas pequenas por Microcomputador (REDATAM), do Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE), órgão da Comissão Econômica da América Latina e Caribe (CEPAL). Além de permitir a utilização de todas as variáveis levantadas nos censos demográficos, a base de microdados de Manaus está desagregada, para o ano de 2000, em *áreas de ponderação*, que são agrupamentos ou subdivisões de bairros cuja amostra censitária é suficientemente representativa para permitir a espacialização dos principais indicadores sóciodemográficos.

A análise da inserção do migrante no mercado de trabalho foi feita com base em uma comparação entre migrantes e não-migrantes. Os indicadores analisados foram: população em idade ativa; população economicamente ativa; taxas de participação; taxas de desemprego; nível de ocupação; posição na ocupação; setores de atividade econômica; grau de informalidade; excesso de horas trabalhadas; trabalhadores com carteira assinada; rendimentos por condição na unidade familiar; rendimentos por setor de atividade; rendimentos do trabalho principal. Ressalte-se que a instrução, idade e gênero constituíram variáveis auxiliares na análise.

Foram utilizados dois conceitos de migrantes de acordo com as perguntas do censo de 2000. O primeiro é o de “data-fixa” referente aos migrantes recentes com menos de 5 anos de residência. O segundo conceito, utilizado para o estudo do mercado de trabalho foi o migrante de “última etapa” referente ao último local de moradia do migrante, agrupado em três classes

de tempo de moradia: menos de 3 anos de residência; de 3 a 9 anos e 10 anos e mais de residência.

Devido à quase insignificância numérica da população rural do município de Manaus, quando comparada à urbana, o termo “cidade”, já utilizado nesta introdução, referir-se-á população total desse município.

A espacialização da população migrante na cidade foi feita por meio do mapeamento por tempo de moradia e origem, segundo áreas de ponderação e posteriormente por bairros da cidade, excluída a área rural. Utilizou-se o programa de cartomática PHILCARTO para a elaboração dos mapas correspondentes. Buscou-se, assim, identificar padrões gerados pela desigual ocorrência destes grupos correspondentes na área urbana de Manaus.

Além deste primeiro capítulo introdutório, esta dissertação está estruturada em outros cinco capítulos. O segundo trata da revisão da literatura, na qual se faz uma breve releitura de trabalhos que foram utilizados como base teórica para o estudo, centrados especialmente nas teorias explicativas do fenômeno migratório.

Tratando um panorama geral da migração em Manaus, o terceiro capítulo inicia-se com uma retrospectiva histórica da migração para a cidade, com ênfase no período pós-1970. Para décadas mais recentes (anos 80 e 90), foram abordados a origem, a procedência, o tempo da migração e as principais características demográficas dos migrantes.

O quarto capítulo faz uma análise comparativa dos trabalhadores migrantes e não-migrantes em termos de sua inserção no mercado de trabalho da cidade. Foram verificados os indicadores do mercado de trabalho citados anteriormente. A análise foi feita considerando-se o perfil do imigrante segundo sexo, idade, escolaridade, setor de ocupação e posição na ocupação. Todas as variáveis foram enfocadas segundo o tempo de residência do migrante.

Ao focar a renda do migrante, o quinto capítulo faz uma análise dos rendimentos dos trabalhadores por condição migratória, com ênfase nas rendas do trabalho principal, considerando gênero, idade e escolaridade.

O último capítulo trata das considerações finais do trabalho.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA

O estudo sobre as migrações tem sido intenso e com vasta produção intelectual. Este capítulo faz uma breve releitura de alguns importantes trabalhos publicados sobre o tema, com enfoque principal nos conceitos iniciais, na seletividade da migração e nas teorias econômicas sobre o fenômeno migratório.

2.1 Teorias da migração: conceitos iniciais

Dentre as definições formais de migração e migrantes, uma das mais utilizadas tem sido o Manual das Nações Unidas (1972), que define migração como uma mudança de uma área de migração específica para outra (ou um movimento de alguma distância mínima especificada) que foi feita durante dado intervalo de tempo e que envolveu uma mudança de residência. Define ainda, que um migrante é uma pessoa que se muda do seu lugar de residência usual de uma área de migração definida para outra (ou quem mudou de alguma distância mínima) pelo menos uma vez durante um intervalo de tempo de sua vida.

No que se refere às características dos migrantes, pressupõe-se, segundo Mata *et al.* (1973), que os migrantes formem um grupo selecionado de pessoas, que diferem da população não-migrante quanto à composição por idade e sexo, níveis de escolaridade e de renda.

Lee (1976) afirma que as migrações são seletivas, ou seja, os migrantes não constituem uma amostra aleatória da população de origem. Os migrantes possuem características específicas, porém, a seleção pode variar sendo positiva (seleção de migrantes de alta qualidade) e ou negativa (seleção de baixa qualidade). As migrações são seletivas em razão das pessoas responderem de forma diferenciada à série de fatores positivos e negativos prevalentes nos locais de origem e destino, terem capacidades diversas de superar obstáculos e distinguirem-se entre si em termos de fatores pessoais.

O mesmo Lee (1976) assegura que as pessoas que não tem nenhuma necessidade de migrar, mas o fazem por perceberem as oportunidades existentes, tendem a constituir uma seleção positiva. Os migrantes que respondem primordialmente a fatores negativos prevaletentes no local de origem tendem a constituir uma seleção negativa. Considerando os migrantes em conjunto a seleção tende a ser bi-modal. A propensão a migrar em certas etapas do ciclo de vida também é importante na seleção dos migrantes.

Sobre a seletividade dos migrantes, Borjas (2000), reafirma existirem dois tipos de seleção que caracterizam o fluxo de migrantes. O fluxo de migrantes é positivamente selecionado quando o destino oferece uma maior taxa de retorno para as competências, atraindo, conseqüentemente, aqueles indivíduos que apresentam qualificações acima da média. Já a seleção negativa ocorre quando os imigrantes têm qualificações abaixo da média. Neste caso, a região de origem oferece maior recompensa para habilidades. Poucos trabalhadores qualificados, então, querem mudar de região. Em suma, quando as diferenças de renda regional (líquidas de custos de migração) são grandes o suficiente para induzir a migração de trabalhadores altamente qualificados para as regiões onde a taxa de retorno para as habilidades é alta, ocorre migração. Os trabalhadores altamente qualificados vivem em regiões que oferecem altas taxas de retorno para as habilidades e os trabalhadores menos qualificados vivem em regiões onde a taxa de retorno de competências é relativamente baixo.

Todaro (1980) observa que a maioria dos migrantes tende a ser de faixa etária jovem com maior nível de escolaridade do que os não-migrantes. Em relação ao sexo, em algumas regiões, como na África e no sul da Ásia, os homens predominam entre os migrantes. Já nos países da América Latina, mais urbanizados, as mulheres são maioria. O citado estudo de Borjas corrobora os achados de Todaro. Borjas mostra que, nos Estados Unidos, indivíduos mais jovens e com escolaridade mais elevada apresentavam maior propensão de migrar.

Greenwood (1985) mostra que chefes de família desempregados apresentavam maior propensão de migrar do que os que se encontravam empregados, e que indivíduos que procuravam emprego também tinham maiores chances de migrar do que pessoas que não o procuravam.

Myrdal *Apud* Greenwood (1975) afirma que a migração pode induzir a um maior crescimento da renda nas regiões receptoras, ao passo que a emigração pode induzir a um efeito contrário nas regiões emissoras. Sendo a migração seletiva em termos de trabalhadores mais jovens, melhor educados e mais produtivos, estes serão atraídos para as áreas onde o crescimento estiver ocorrendo mais rapidamente.

2.2 Sobre as correntes interpretativas da determinação das migrações

Para melhor exposição, serão verificadas duas abordagens de origem econômica predominantes na literatura. Uma neoclássica, focando a análise no âmbito do indivíduo, e outra histórico-estrutural, tratando das teorias que abordam os aspectos macro da migração, com ênfase em aspectos conjunturais da economia nas regiões de origem e destino do migrante, Oliveira e Stern (1971), Wood (1984), Salim (1992), Nogueira (1991), Santos *et al.* (2010).

A primeira perspectiva baseia-se, para os teóricos neoclássicos microeconômicos, em modelos da escolha individual, onde a decisão de migrar ocorre sob um ponto de vista microeconômico, ou seja, o indivíduo racional decide migrar considerando os custos e benefícios que estão implicados nesse processo (Sjaastad, 1962; Harris e Todaro, 1970).

A base neoclássica da análise da migração foi estabelecida a partir do estudo de Sjaastad (1962). Este autor afirma que as diferenças existentes entre os ganhos líquidos, sobretudo diferenças na renda, são as principais causas da migração. Diversos estudos sobre

migração usam esta hipótese como ponto de partida e vêem a migração de trabalhadores como um tipo de capital de investimento (Sjaastad, 1962 *Apud* Borjas, 2000).

Para Sjaastad (1962), o indivíduo comporta-se como se comparasse os custos e os retornos da migração, agindo com base na comparação. Como principais custos diretos deveriam ser considerados os gastos com alimentação, alojamento e transporte. Entre os custos indiretos, as despesas da viagem, o tempo com a procura de emprego. Além dos custos econômicos, existiriam os custos psíquicos, a dor e o sofrimento que inevitavelmente ocorre quando alguém se afasta da família, vizinhos. Como todos os outros investimentos em capital humano, as decisões de migração são orientadas pela comparação do valor presente dos ganhos nas oportunidades de vida alternativos. O retorno a auferir com a migração seria equivalente à diferença entre as receitas reais futuras.

Harris e Todaro *Apud* Brigg (1973) analisam as migrações a partir da formulação de um modelo bi-setorial de migração rural-urbana, reconhecendo, entre outras coisas, a prevalência de um salário mínimo urbano politicamente determinado a um nível bem mais alto que o da remuneração paga pelo setor agrícola. Desta forma, a causa da migração rural-urbana seriam os maiores salários oferecidos no setor urbano à mão-de-obra como um todo. Como consequência, ocorreria um deslocamento de mão-de-obra do setor rural em direção ao urbano. A essência desse modelo é que os dois setores se achavam intimamente relacionados através da migração de mão-de-obra. Na visão desses autores, os fluxos migratórios continuariam a ocorrer até que a renda urbana esperada se tornasse igual à renda rural esperada. Segundo os autores supracitados, a solução para o desequilíbrio da economia seria dada através de dois tipos de política: a primeira seria uma política de subsídios aos salários rurais; e a segunda, uma restrição à livre migração campo-cidade.

Em suma, na ótica neoclássica, os estudos da migração pressupõem o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, ou seja, a mesma lógica locacional das firmas. Esta é a razão do livre trânsito de corpos no espaço: o movimento diminui a heterogeneidade espacial e propicia o equilíbrio, no sentido da igualdade possível. (Salim, 1992).

A segunda abordagem utiliza um enfoque macroeconômico onde a migração é decorrente da conjuntura econômica, social e política vigente. Assim, segundo este ponto de vista, o contexto econômico e social seria mais importante na decisão de migrar do que os custos e benefícios individuais, Singer (1876), Oliveira e Stern (1971).

A abordagem histórico-estrutural, proposta do ponto de vista macro, explica a migração como decorrência da desigualdade econômica entre as regiões. Desta forma, a migração é um fenômeno passível de múltiplas determinações, a abordagem histórico-estrutural enfatiza, antes de tudo, a visão da estrutura como um todo, isto é, as condições estruturais de nível social, econômico e político que contextualizam a sua dinâmica, tornam possível certas escolhas ou mesmo definem a natureza e direção dos fluxos migratórios na espacialidade heterogênea e contraditória. (Wood *Apud* Salim, 1992)

Segundo Oliveira e Stern (1971), no enfoque histórico-estrutural a migração interna pode ser vista como uma consequência do processo de desenvolvimento capitalista das sociedades, adquirindo características segundo as modalidades deste processo. Os autores procuram explicar as diferenças em termos das distintas características estruturais que surgem no processo de formação das sociedades capitalistas centrais e periféricas, destacando os modos de vinculação entre umas e outras e, em especial, os fatores econômicos e políticos que nele se acham envolvidos.

De acordo com Testa, a migração deve ser analisada como um processo social inter-relacionado com outros. Deve ser referida historicamente, com o objetivo de estabelecer como se configuram os processos migratórios, ou seja, como se formam e se modificam os

diferentes fluxos migratórios ao longo do processo de desenvolvimento. Afirma ainda que as causas das migrações devem ser baseadas não somente na análise dos locais de origem e/ou destino, mas, também, na dos fluxos migratórios dentro do contexto regional em que ocorrem (análise intra e inter-regionais). Também considera relevante analisar como uma estrutura de classes e de dominação determina, por exemplo, as decisões de política econômica, e como, por sua vez, condiciona os fluxos migratórios, as suas causas, direção, volume e seletividade; E, por último, é importante analisar os efeitos políticos dos processos migratórios, via modificação da configuração das classes sociais e alterações conseqüentes em sua ação política (Testa *Apud* Oliveira e Stern, 1971).

Para Paul Singer, as migrações internas são um mecanismo de redistribuição espacial da população, que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimento para as cidades, criam os incentivos econômicos às migrações. Desta forma, as migrações estão vinculadas à demanda por mão-de-obra das atividades econômicas. Assim, Singer procura explicar e analisar a migração interna e suas interações com a problemática econômico-social a partir de uma conceituação histórica do processo: as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo resultado de um processo global de mudança do qual não devem ser separadas (Singer, 1976).

Singer (1976) considera ainda que a concentração do capital e a concentração das atividades produtivas possuem um nexo causal comum no capitalismo. As empresas usufruem das economias de aglomeração, desta forma, a aglomeração espacial da atividade industrial tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos.

Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos. Entre os fatores de atração o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por empresas governamentais, públicas e por indivíduos autônomos (Singer, 1976).

Segundo a teoria econômica convencional, o mercado de trabalho teria meios de equilibrar a demanda e a oferta da força de trabalho mediante a variação no seu preço, ou seja, do nível de salários. Assim, na hipótese de haver um excesso de oferta em comparação com a procura da força de trabalho os salários baixariam, reduzindo o custo do fator trabalho em comparação com o custo do fator capital, o que induziria as empresas a utilizar técnicas que usam mais intensamente mão-de-obra, do que adviria uma elevação da procura de força de trabalho, tornando-a igual à oferta. Porém, a “rigidez” do nível dos salários, devido aos obstáculos institucionais (salário-mínimo, indenizações, etc.), é a principal causa do desemprego e do subemprego que se manifestam nas cidades onde ocorrem fortes migrações (Singer, 1976).

2.3 Os anos 1990 e o mercado de trabalho

Diversos fatores influenciaram o comportamento do mercado de trabalho durante o período estudado nesta dissertação. Nesta sessão, buscou-se relembrar alguns acontecimentos que contextualizam o mercado de trabalho na década de 1990 e contribuem para aprofundar sua análise.

A partir do início dos anos 90, a política de comércio internacional do Brasil sofreu várias alterações, com a liberalização comercial, a desregulamentação do mercado e a privatização das empresas, além de medidas de estabilização. A nova orientação política e econômica de integrar o Brasil ao cenário de globalização mundial provocou transformações

no mercado de trabalho, sobretudo em termos de emprego e salários (Raposo e Machado, 2002).

A estabilização, decorrente da redução da inflação a partir de 1995, afetou a estrutura produtiva e de empregos no país. Com a inflação, alguns setores e profissões são valorizados, mas quando ela se reduz, perdem importância. A inflação pode ainda mascarar resultados operacionais negativos das empresas que ficam evidentes quando ela é derrubada subitamente. Os choques externos também afetaram o comportamento do mercado de trabalho, pois os anos iniciais da abertura comercial e da estabilização vieram acompanhados de diversas crises mundiais (México em 1995, Ásia em 1997, Argentina em 2002), associadas a episódios de elevação da taxa de juros e oscilações cambiais após 1999. O período de 1995 a 2002 foi marcado por ciclos de expansão e desaceleração que exigiam enorme capacidade de adaptação das empresas (IPEA, 2006).

Por fim, destaca-se a regulamentação do emprego, inserida na Constituição Federal de 1988, que apresentou efeitos negativos sobre o mercado de trabalho brasileiro. As medidas acarretaram acréscimos no custo unitário do trabalho, em uma época de inovações e pressão à competitividade. Ao invés de gerar garantias ao trabalhador, reduziu a capacidade de as empresas absorverem mão-de-obra, principalmente, contribuindo para o aumento do desemprego e da informalidade (Averbug, 1999).

No âmbito do Estado do Amazonas, a abertura econômica provocou profundas mudanças no modo de produção da Zona Franca de Manaus (ZFM), com reflexos em toda a economia amazonense. Ressalte-se que o modelo tem sido o principal instrumento de intervenção na economia do Estado nos últimos anos, e responsável por colocar o Amazonas em posição de destaque no cenário nacional, tanto em Produto Interno Bruto quanto em Renda per Capita e arrecadação tributária.

As atividades industriais presentes na ZFM, principalmente as de transformação, foram atingidas pela abertura do mercado brasileiro às importações, no início dos anos 90. A nova política brasileira de comércio exterior diminuiu as vantagens comparativas entre a Zona Franca de Manaus e o restante do País.

Diante das mudanças provocadas pela abertura comercial dos anos 90, houve um processo de reestruturação do pólo industrial de Manaus. De acordo com dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus, verificou-se que no primeiro momento, as empresas aumentaram a utilização de capital físico em detrimento do capital humano. E, no segundo momento, aumentaram o índice de regionalização da cadeia produtiva, que passou de 22% para 33%, criando novos postos (SUFRAMA, 2008)

É importante ressaltar as mudanças ocorridas na legislação, como a compulsoriedade da prática do Processo Produtivo Básico (PPB). A partir daí se iniciou a recuperação da ZFM no período após a abertura econômica. Houve progressiva reestruturação das empresas, custos foram reduzidos, dentre outras decisões que propiciaram maior competitividade aos produtos produzidos no Amazonas e, com isso, a recuperação gradativa do nível de emprego.

CAPÍTULO 3 - OS IMIGRANTES NA CIDADE DE MANAUS

Este capítulo traz um panorama geral da migração em Manaus. Inicia-se com uma breve retrospectiva histórica do processo de ocupação e em seguida aborda as principais características demográficas dos migrantes, sua origem e distribuição no espaço urbano da cidade de Manaus.

3.1 A ocupação da Amazônia e a cidade de Manaus: uma breve visão do processo

O processo histórico de ocupação da Amazônia foi marcado, no início, por ciclos de produtos extrativos, determinados pela demanda do mercado externo. Destacam-se dois ciclos principais: as drogas do sertão e o ciclo da borracha. Inicialmente, ainda durante o período colonial, o ciclo das drogas do sertão caracterizou-se pela exploração e comércio de especiarias e durou até meados do século XIX. Posteriormente, em 1850-1910, o ciclo de exploração da borracha teve grande importância na economia da região, que experimentou uma fase de prosperidade, sobretudo as cidades de Belém e Manaus, Becker (2004), Pandolfo (1994), Mahar (1978), Oliveira (1988).

Períodos expansivos e recessivos são verificados ao longo da história econômica da região. Após o período de declínio do ciclo da borracha, inicia-se um período de 30 anos de estagnação econômica. Neste período, como tentativa de recuperação, foi elaborado o Plano de Defesa da Borracha de 1912 a 1914, que se configura como a primeira tentativa de planejamento do governo para a região, teve duração efêmera e não surtiu os efeitos desejados. Posteriormente, durante a segunda guerra mundial, a *Batalha da Borracha*, que visava a retomada da produção de borracha para abastecimento do mercado norte-americano.

O marco inicial de um novo período de desenvolvimento econômico para a região foi a constituição de 1946, determinou que 3% da renda tributária da União seria destinada a valorização da Amazônia por 20 anos e delimitou oficialmente a região. A partir de então o Governo federal inicia o processo de intervenção através de planos de desenvolvimento para a

Região, marcando o início de um período de transformações. Verificam-se mudanças no cenário econômico regional, que após longo período de estagnação econômica é reavivado por medidas visando promover o desenvolvimento e a ocupação da Região.

Becker (2004) observa ter ocorrido uma mudança no processo de ocupação após a década de 1960. Afirma que a ocupação passa a ser contínua no tempo e em maior extensão, rompendo o padrão de surtos e em áreas localizadas. À frente deste processo está o Estado brasileiro, através de uma política deliberada de integração regional.

Segundo Oliveira (1988), com a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, e o asfaltamento desta rodovia no final da década, juntamente com a construção de estradas estaduais, contribuíram para aumentar o fluxo de imigrantes em direção a esta área. Afirma que após o movimento de 1964, o Governo tomou várias medidas como estratégia de desenvolvimento da região, os projetos desenvolvimentistas tiveram seu poder de coordenação regional com a modificação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), neste período o Banco de Crédito da Amazônia foi transformado em Banco da Amazônia, e adquiriu mais recursos e mais poderes (Oliveira, 1988).

Na década de 1970, intensifica-se a presença do Governo Federal na Amazônia. Em 1970 é criado o Programa de Integração Nacional (PIN), tendo como principais objetivos a construção de dois eixos rodoviários principais: Cuiabá-Santarém e Transamazônica (Vergolino e Gomes, 2004). No ano seguinte foi criado o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), que complementava o PIN, e ambos incentivavam o setor agrícola rural. A integração física e a ocupação passaram a ter uma importância vital, visto que a finalidade era fazer uma união entre áreas menos e mais desenvolvidas do Norte, e trazer mão-de-obra do Nordeste para utilizar e ocupar as terras da Amazônia, ou seja, com enfoque na complementaridade sócio-econômica entre o Nordeste e a Amazônia. As políticas

regionais vão então se basear mais nas complementaridades socioeconômicas das duas regiões do que nas similaridades.

Em 1972, foi institucionalizado o sistema de planejamento federal, com a elaboração sistemática de Planos Nacionais de Desenvolvimento, os PNDs. A partir da institucionalização do sistema de planejamento do país, a Sudam elaborou os Planos de Desenvolvimento da Amazônia, os PDAs, réplicas regionais que pormenorizavam as diretrizes dos planos no âmbito federal. Tanto os PNDs quanto os PDAs enfatizam a idéia da Amazônia com fronteira de recursos. No âmbito do II PND o elemento mais importante para a Amazônia é o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais (POLAMAZÔNIA) que ratificou as políticas de colonização oficial. Foram selecionados 15 “pólos de desenvolvimento” em áreas prioritárias para a expansão das produções mineral, pecuária e agroindustrial (Costa, 2004).

A Amazônia ocidental teve como principal instrumento para o desenvolvimento econômico os incentivos fiscais concedidos à produção industrial na região. A Zona Franca de Manaus, criada em 1957 e implementada após reformulação em 1967, foi estabelecida como área de livre comércio, de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitissem seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os grandes centros consumidores dos seus produtos.

A ZFM tem sido a principal propulsora da economia, responsável pelo crescimento econômico e por grande parte do crescimento populacional da cidade de Manaus, sendo fator de atração de migrantes, seja da área rural estagnada economicamente ou mesmo de áreas urbanas. A operacionalização da ZFM, na década de 1960, coincide com o início do acentuado crescimento populacional da cidade.

Martine e Turchi (1988) afirmam que os grandes fluxos migratórios com destino à Região Norte foram gerados por um conjunto de ações governamentais que visavam ocupar a Amazônia, através de projetos de colonização ou agropecuários ou, mesmo, de industrialização e comercialização.

Martine (1994) chama a atenção para o processo de urbanização verificado no período, na Região. A urbanização da fronteira amazônica teria ocorrido pelo afluxo de migrantes à Amazônia ter sido muito superior à sua capacidade de absorção nos projetos de colonização e nas outras atividades agrícolas da área. Por conseguinte, criou-se um excedente migratório que inchou a periferia de todas as grandes e médias cidades desta região.

3.2 Crescimento populacional e as migrações

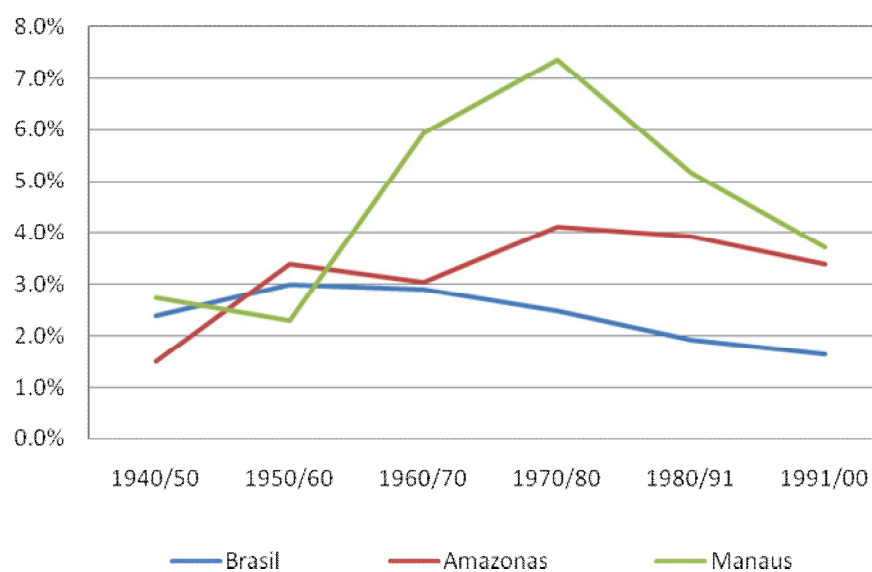
A taxa de crescimento populacional da cidade de Manaus dá um salto a partir da implantação da ZFM. Na década de 1950, o crescimento era de cerca de 2,3% ao ano (a. a.), inferior ao do Brasil e ao estado do Amazonas. Já nos anos 1960 a população cresceu 5,9% a. a., chegando a 7,4 % a. a. na década de 1970, superando em muito o ritmo de crescimento do Brasil e mesmo do total apresentado no estado do Amazonas (Gráfico 1).

Os demais componentes da dinâmica demográfica de Manaus, de magnitude também elevada, devem ser considerados na análise. De acordo com Moura *et al.* (1990) a forte taxa de crescimento populacional de Manaus na década de 1970 apresentava um componente vegetativo (3,8% ao ano), superior mesmo ao da migração, sendo a parcela desta última representada por 3,6% a. a. Não se deve esquecer, porém, que parcela significativa dos nascimentos da década referem-se a filhos dos migrantes, podendo ser entendida como um efeito indireto das migrações sobre o crescimento demográfico.

Posteriormente, verifica-se uma queda nos fluxos migratórios para a cidade e na fecundidade, reduzindo seu crescimento demográfico. Segundo Teixeira e Brasil (2010), a

fecundidade caiu de 5,7 para 3,8 filhos por mulher nos anos oitenta, levando ao conseqüente declínio do crescimento vegetativo. A migração também reduziu-se consideravelmente. Não se considerando seus efeitos indiretos, o incremento vegetativo vai a 2,5% ao ano e o migratório 1,8% a.a., com maior peso, pois, do crescimento vegetativo no total de 4,3% anuais anotados nos anos oitenta (portanto, bem abaixo da taxa verificada nos anos setenta, mas ainda um ritmo de crescimento elevado para os padrões brasileiros da época). Se levarem em conta os efeitos indiretos da migração, seu peso no crescimento total da cidade tende a equiparar-se ao do crescimento vegetativo.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento populacional médio anual, Brasil, Amazonas e Manaus, censos de 1940/2000



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940-2000

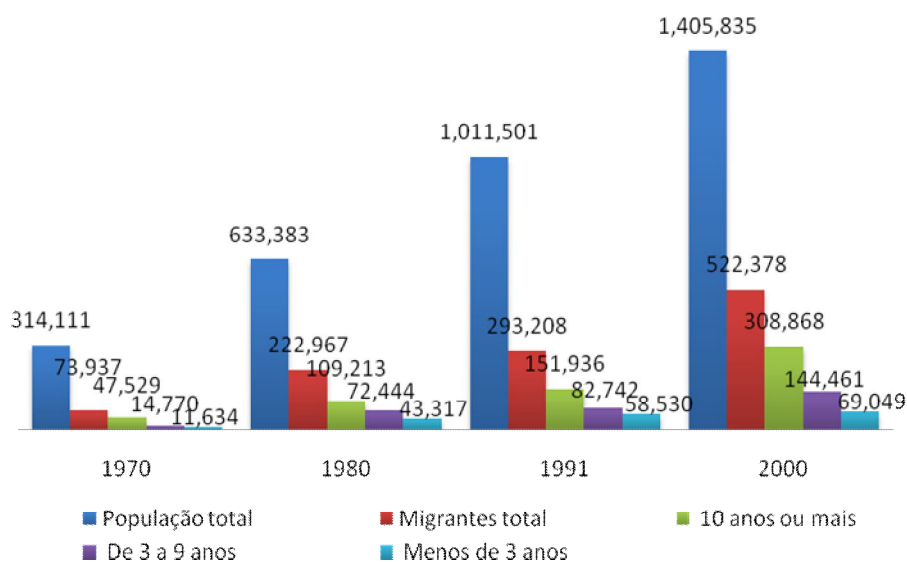
Verifica-se, no Gráfico 2, um número expressivo de migrantes que residem na cidade, sejam recentes ou não. A população migrante total, última etapa, no ano de 2000 representava 37,2% da população total. São considerados 3 grupos de migrantes residentes no município de Manaus: menos de 3 anos, de 3 a 9 anos e 10 anos ou mais. Em 2000 os 3 grupos representaram, respectivamente 4,9%, 10,9% e 22,0% da população total.

Conforme se observou, o comportamento das migrações mostrou forte intensidade nas décadas de 1960 a 1990. Como verificado no Gráfico 2, nota-se um pequeno arrefecimento do fluxo migratório na década de 1990 em relação às décadas anteriores.

A década de 1990 tem como peculiaridade a redução da mão-de-obra empregada no pólo industrial de Manaus devido a abertura econômica, que provocou profundas mudanças no modo de produção da Zona Franca de Manaus – ZFM, com reflexos em toda a economia amazonense.

Infere-se que o crescimento populacional verificado na cidade de Manaus reflete o contexto econômico e político no qual a cidade esteve inserida nas últimas décadas, conforme exposto na seção anterior.

Gráfico 2 Evolução da população da cidade de Manaus, total e por condição migratória, censos de 1970/2000.



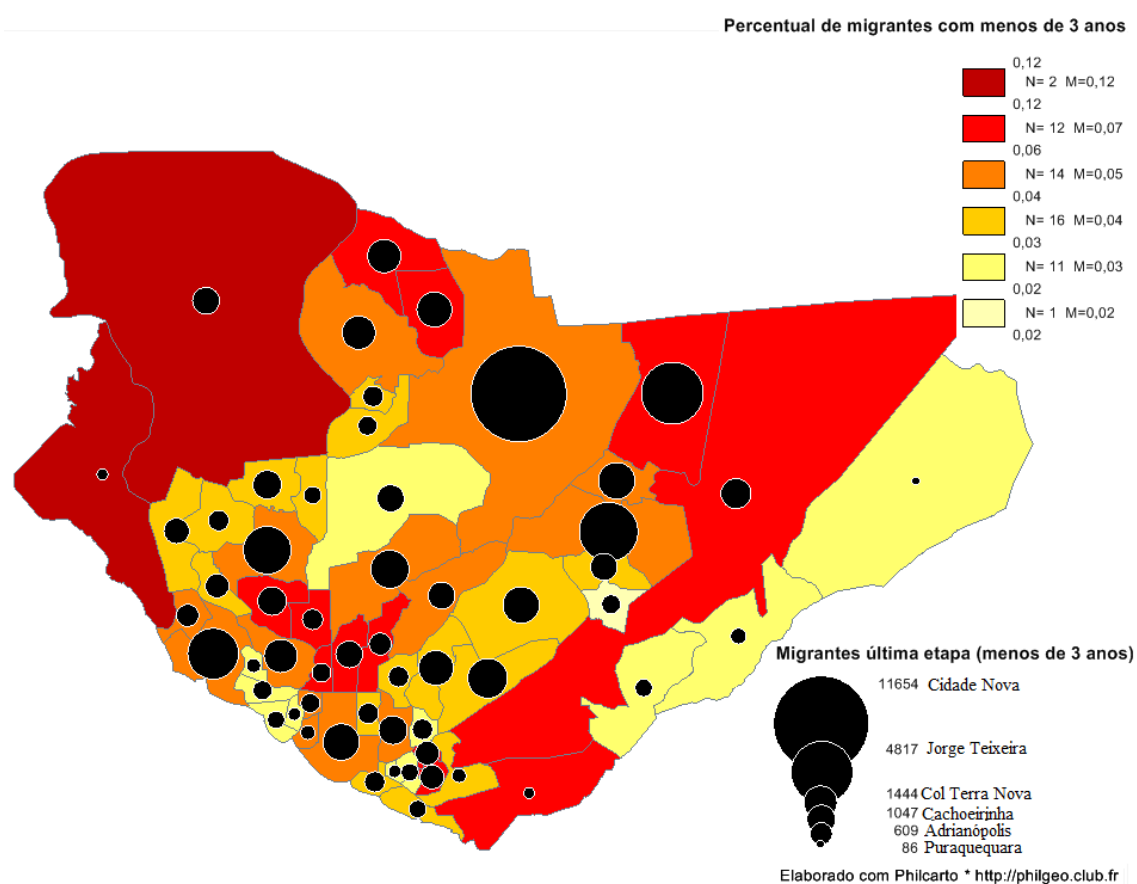
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970-2000

A distribuição dos migrantes no espaço urbano da cidade de Manaus revelou-se diferenciada conforme o tempo de moradia do migrante. A Figura 1 mostra como os migrantes recentes, com menos de 3 anos de residência, estão distribuídos de acordo com os

bairros da cidade de Manaus. A relação entre o grupo com menos de 3 anos e o total da população do bairro varia entre 2,0% e 12,3%.

Com maior proporção de migrantes com menos de 3 anos de residência destacam-se os bairros Ponta Negra e Tarumã com percentual de 12,3%. Com percentual de 6,0% a 12,0% estão os bairros, Santa Etelvina, Monte das Oliveiras, Vila Buriti, Distrito industrial Adrianópolis, N. Sra das Graças, São Geraldo, Chapada, D. Pedro 1, Betânia e São Lázaro.

Figura 1 - Distribuição espacial dos migrantes com menos de 3 anos de residência, percentual e valores absolutos, Bairros de Manaus - 2000

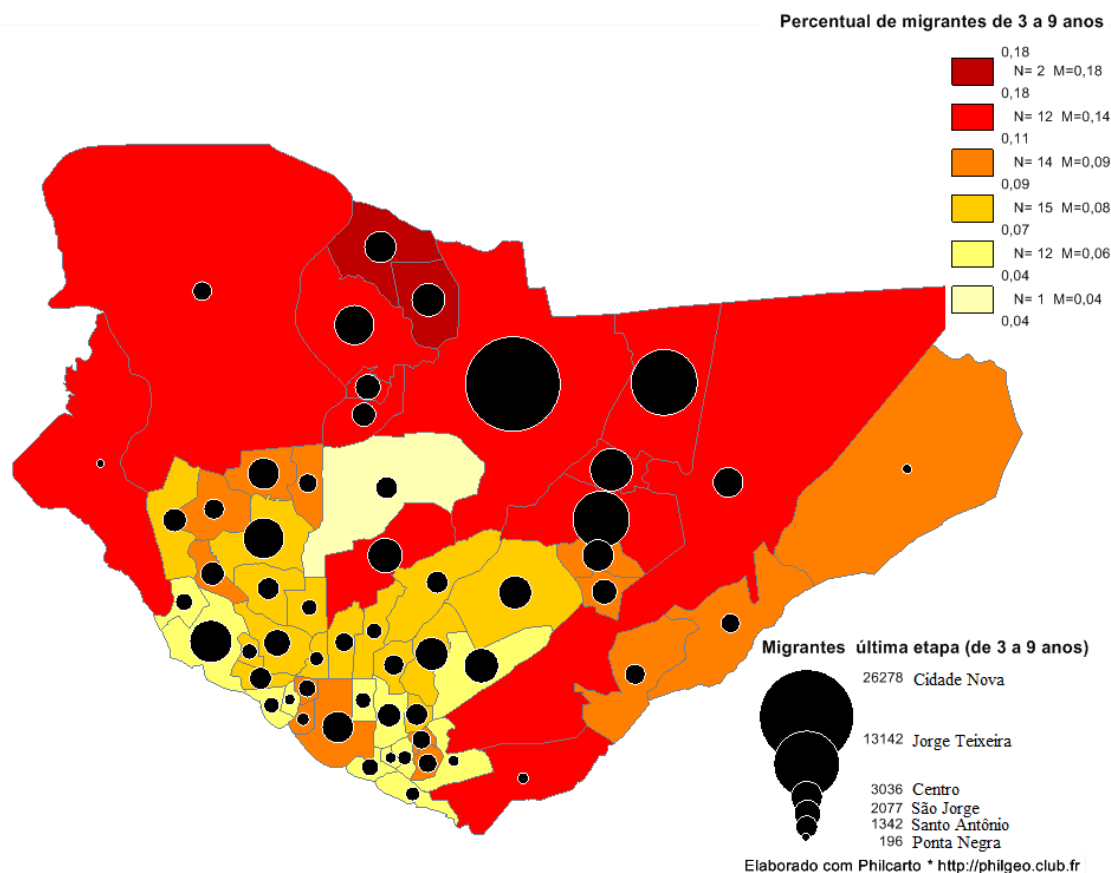


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

O percentual médio de migrantes com menos de 3 anos da cidade de Manaus é de 4,8%, portanto, os bairros citados possuem percentual superior ao verificado na cidade. Em valores absolutos, os bairros com maior número de migrantes recentes são Cidade Nova, Jorge Teixeira, Compensa e São José. Ressalte-se que os círculos da figura representam, proporcionalmente, os valores absolutos do total de migrantes por bairros.

O grupo de migrantes com 3 a 9 anos de residência em Manaus apresenta distribuição espacial conforme Figura 2. Os bairros com maior proporção de migrantes são Santa Etelvina e Monte das Oliveiras, com percentuais de 18,0% do total de moradores do bairro.

Figura 2 – Distribuição espacial dos migrantes com 3 a 9 anos de residência, percentual e valores absolutos, bairros de Manaus - 2000

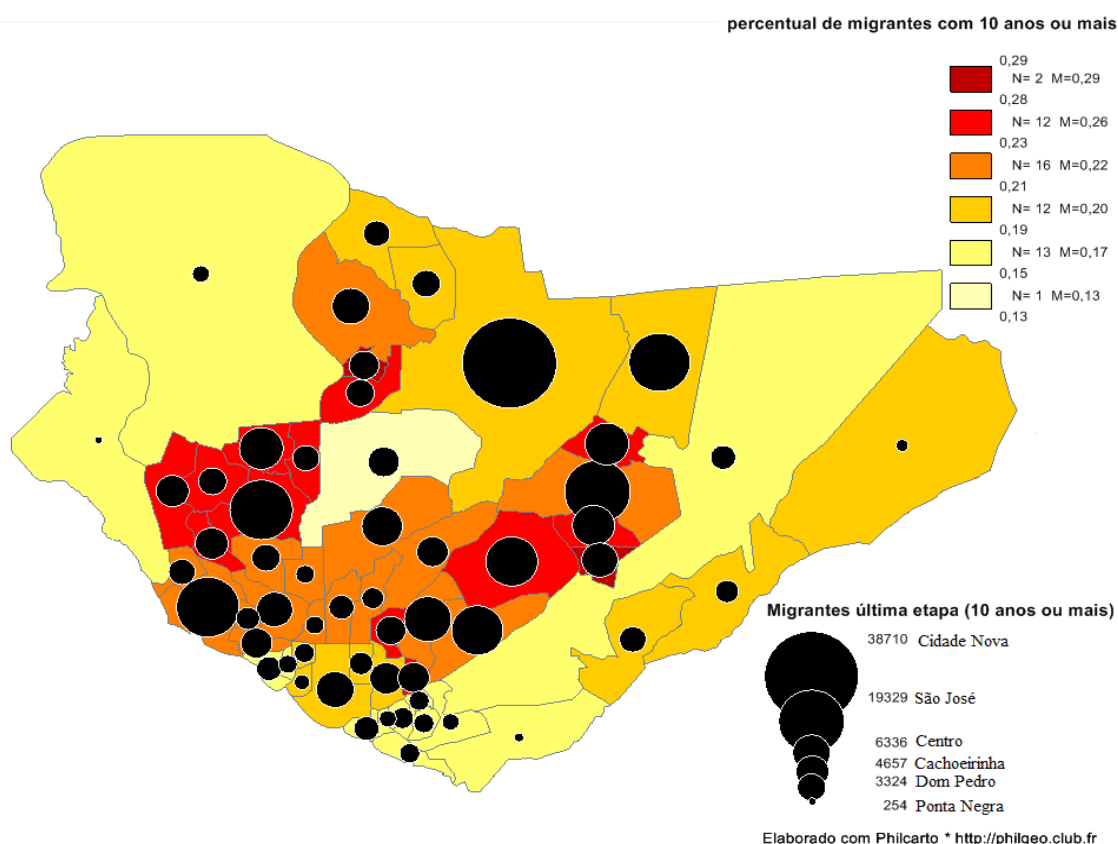


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Nota-se que grande parte dos migrantes com menos de 10 anos de residência encontram-se em áreas afastadas do centro da cidade, com crescimento acentuado da Zona Leste da cidade de Manaus. Os bairros com percentual entre 11,0% e 18,0% são Colônia Santo Antônio, Novo Israel, Col. Terra Nova, Cidade Nova, São José, Tancredo Neves, Jorge Teixeira, Distrito, Vila Buriti, Tarumã e Ponta Negra.

A Figura 3 mostra que os bairros com maior proporção de migrantes, do grupo com 10 anos ou mais de residência em Manaus, estão localizados em áreas centrais da cidade. Quando comparado aos migrantes mais recentes verifica-se que a expansão da cidade de Manaus acompanha a chegada dos migrantes.

Figura 3 – Distribuição espacial dos migrantes com 10 anos ou mais de residência, percentual e total, bairros de Manaus - 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

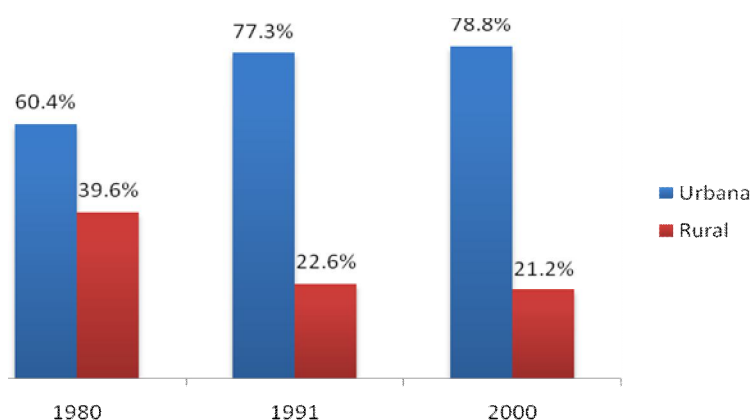
Os bairros Armando Mendes e Novo Israel apresentaram percentual de migrantes em torno de 29,5%. Em seguida os bairros com 23,0% a 28,0%, são: Colônia Santo Antônio, Lírio do Vale, Planalto, Redenção, Alvorada, Bairro da Paz, Dom Pedro, Tancredo Neves, Zumbi e Coroado e São Francisco.

A distribuição espacial da população migrante na cidade de Manaus permitiu visualizar o seu crescimento urbano, com fluxo contínuo principalmente para a Zona Leste da cidade, no que se refere aos migrantes com menos de 10 anos de residência. É importante verificar a relação que o estudo mostra entre as migrações e o crescimento urbano da cidade, como pode ser visto nos mapas acima.

3.3 A origem dos migrantes

A migração para Manaus é de origem predominantemente urbana. O censo de 1980 mostrou que aproximadamente 60,0% das pessoas com menos de 5 anos de residência em Manaus eram originários de áreas urbanas, fossem eles migrantes intraestaduais ou interestaduais.

Gráfico 3 - Local de moradia anterior, rural e urbana, dos migrantes recentes (menos de 5 anos) nos censos de 1980, 1991 e 2000.

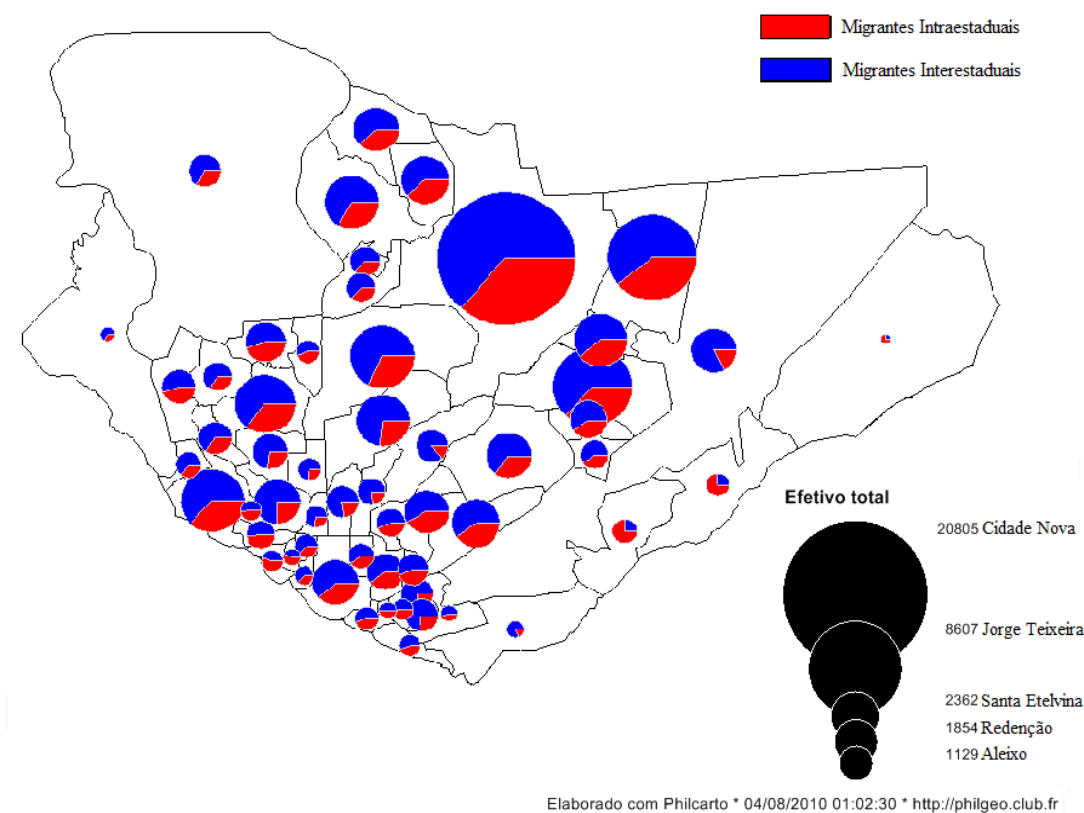


Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980-2000.

Nos 5 anos que antecederam os censos seguintes, verificou-se aumento significativo da proporção de imigrantes de origem urbana em Manaus, 77,3% entre 1986 e 1991 e 78,8% entre 1995 e 2000.

A Figura 4 revela que a proporção de imigrantes intraestaduais e interestaduais varia conforme os bairros da cidade. Destacam-se com proporção de migrantes interestaduais acima de 70% os bairros Vila buriti, Aleixo, Distrito, N. Sra. das Graças, Adrianópolis, Chapada, Dom Pedro, São Jorge e São Lázaro. Considerando que o número de migrantes intraestaduais é inferior ao número de migrantes interestaduais é importante destacar os bairros com proporção superior a 70%, Mauazinho, Puraquequara e Antônio Aleixo.

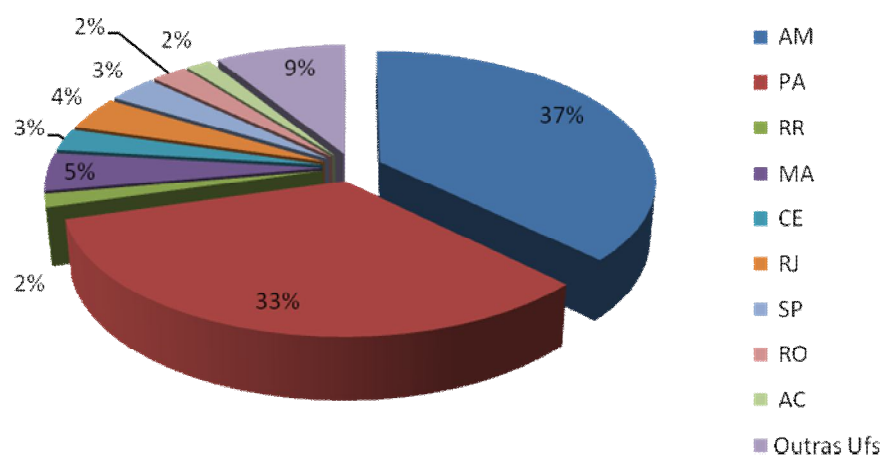
Figura 4 – Migrantes Intraestaduais e Interestaduais em Manaus, com menos de 5 anos de residência, 2000.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Os Migrantes com moradia anterior em municípios de outros estados, correspondem a 63,5% do total de migrantes, os intraestaduais correspondem a diferença, com 36,5% do total de migrantes. Destacam-se entre os Estados com maior número de migrantes residindo em Manaus: Pará, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Imigrantes segundo local de residência anterior, com menos de 5 anos de residência, Manaus, 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

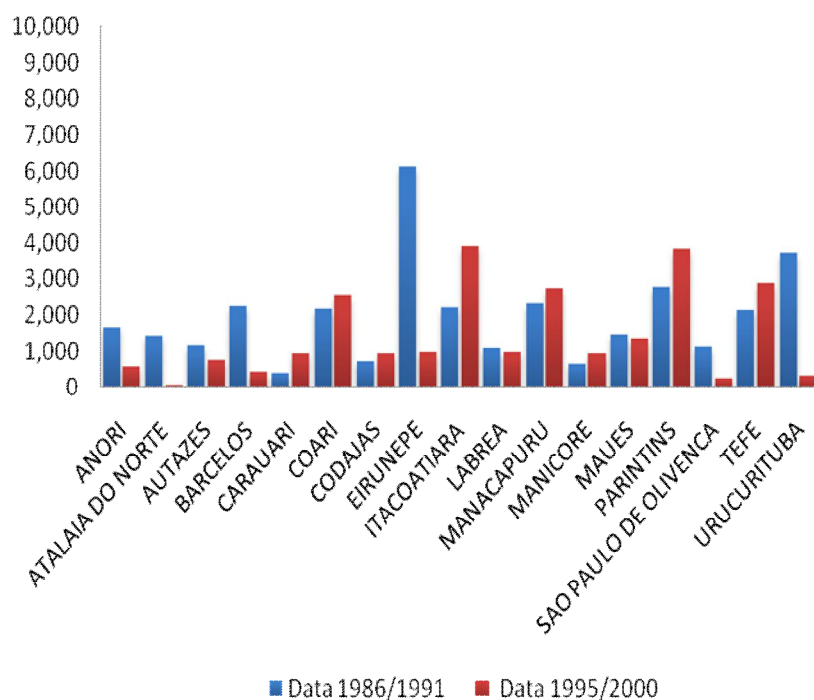
Quanto aos imigrantes vindos do interior do Estado do Amazonas destacam-se os oriundos dos municípios de Tefé, Parintins, Manacapuru, Itacoatiara e Coari (Gráfico 5). Ressalte-se que estes quatro municípios estão entre os mais populosos do Estado. Durante o período analisado houve aumento nas migrações provenientes destes municípios.

É importante ressaltar a grande quantidade de imigrantes procedentes de Eirunepé e Uricurituba em 1991. Porém, verificou-se, ao comparar os censos de 1991 e 2000, que em alguns municípios houve uma diminuição bastante acentuada do número de imigrantes provenientes dos municípios de Eirunepé, Urucurituba, Anori, Atalaia do Norte e Barcelos.

Infere-se que a informação tenha um papel importante na descontinuidade do fluxo migratório ocorrido nestes municípios, visto que, trata-se de municípios com populações pequenas e que provavelmente sofrem influências de redes de parentesco e redes sociais. As informações sobre as reais oportunidades do mercado de trabalho influenciam na decisão de migrar.

Desta forma, o processo de abertura econômica, que causou grande impacto no mercado de trabalho, nos primeiros anos após a abertura, resultou nas altas taxas de desemprego verificadas, afetando os migrantes chegados no início da década de 1990. Infere-se que este fato influenciou na diminuição do fluxo migratório nos anos seguintes.

Gráfico 5 - Manaus, origem dos imigrantes intraestaduais, com menos de 5 anos de residência , por municípios de destaque, censos 1991 e 2000.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991-2000

3.4 Características dos migrantes

A composição da população migrante revela que a presença feminina é superior a masculina. Quando da análise por tempo de moradia, o sexo feminino mantém-se com aproximadamente 2 pontos percentuais acima do Masculino, ou seja, a população migrante feminina é superior a masculina independentemente do tempo de moradia.

Tabela 1 – Composição da população natural e migrante, por classes de tempo de residência, Manaus - 2000

Gênero; Cor/raça; Idade	Menos de 3 anos	De 3 a 9 anos	10 anos ou mais	Naturais
Masculino	48,1%	48,0%	47,7%	49,3%
Feminino	51,9%	52,0%	52,3%	50,7%
Branca	35,2%	30,8%	30,2%	32,4%
Preta	3,4%	3,3%	2,9%	2,1%
Amarela	0,4%	0,3%	0,5%	0,2%
Parda	59,7%	64,4%	64,9%	63,9%
Indígena	0,6%	0,6%	0,8%	0,5%
Ignorado	0,7%	0,6%	0,7%	1,0%
Menos de 10 anos de idade	18,0%	10,6%	0,0%	33,4%
De 10 a 17 anos de idade	20,5%	17,8%	5,2%	21,1%
De 18 a 24 anos de idade	23,6%	25,0%	9,5%	16,5%
De 25 a 39 anos de idade	23,6%	32,3%	38,2%	18,4%
De 40 a 59 anos de idade	10,9%	11,4%	34,1%	8,5%
De 60 anos ou mais de idade	3,3%	3,0%	9,0%	2,1%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

Entre os migrantes recentes, com menos de 3 anos de residência, verificou-se maior incidência de brancos e menor percentual de pardos quando comparados as demais classes de tempo de residência. Verificou-se que a migração indígena, que por tempo de residência manteve-se, em média, representando em torno de 0,6% dos migrantes.

A presença jovens é visível entre os migrantes com menos de 3 anos de residência que quando comparados aos não-migrantes revela-se superior na faixa etária de 18 a 24 anos. O que confirma a predominância de jovens entre os migrantes recentes.

Na Tabela 1 alguns dos pressupostos sobre o perfil dos migrantes, vistos no Capítulo 2. são verificados, como a presença feminina e de jovens entre os migrantes.

CAPÍTULO 4 – O TRABALHADOR IMIGRANTE

O presente capítulo faz uma análise comparativa dos trabalhadores migrantes e não-migrantes em termos de sua inserção no mercado de trabalho da cidade de Manaus. Foram verificadas a População em idade ativa (PIA), População economicamente ativa (PEA), as taxas de participação, o nível de ocupação, de desemprego, de informalidade, horas trabalhadas e contribuição previdenciária. A análise foi feita considerando o perfil do imigrante segundo sexo, idade, escolaridade, setor de ocupação e posição na ocupação. Todas as variáveis foram enfocadas segundo o tempo de residência do migrante em Manaus.

4.1 O mercado de trabalho: gênero, idade e instrução

O ponto inicial para o estudo do mercado de trabalho da cidade de Manaus será a análise da oferta de mão-de-obra, migrante e não-migrante. É importante destacar, para melhor compreensão, os termos População em Idade Ativa (PIA), que corresponde à população residente com dez anos ou mais de idade, e População Economicamente (PEA), que corresponde ao subconjunto da PIA que efetivamente decide participar do mercado de trabalho: compreende os trabalhadores ocupados e os desocupados e representa a oferta de trabalho.

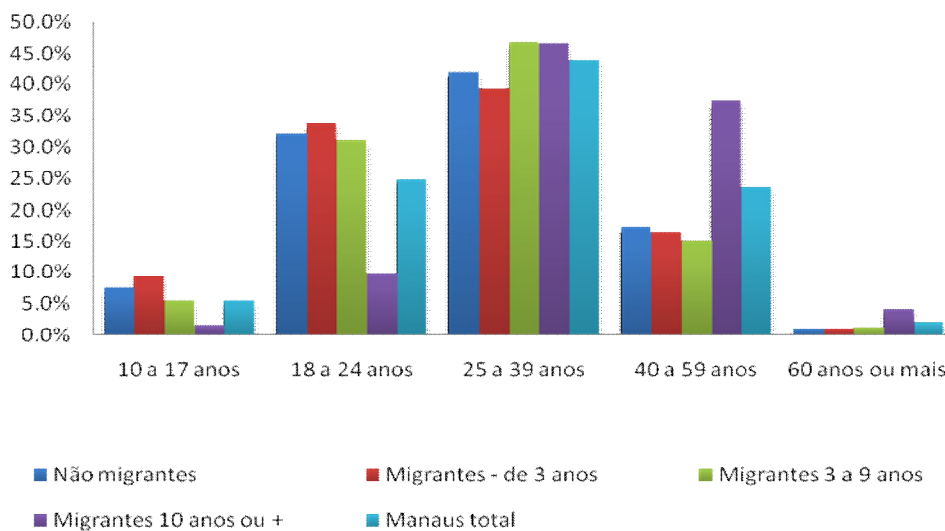
Conforme a Tabela 2 verificou-se, para o total da cidade de Manaus em 2000, que a PIA é composta por 43,3% de População Não Economicamente Ativa (PNEA) e 56,7% de PEA. A participação da PEA no total da PIA costuma ser apontada como de grande significância, pois permite que se conheça a participação da população no mercado de trabalho, ou seja, os trabalhadores que estão inseridos nesse mercado.

Com efeito, a população migrante, apresentou taxas de participação diferenciadas conforme o tempo de residência. A taxa de participação apresentou-se superior para os migrantes mais recentes quando comparados com os não-migrantes e ao total da cidade de

Manaus. Desta forma, os migrantes com menos de 3 anos de residência apresentaram taxa de participação de 56,1%, os migrantes com 3 a 9 anos de residência, 60,9% e os com 10 anos ou mais de residência apresentaram a maior participação com 64,9%. Por outro lado, os migrantes estão mais inseridos no mercado de trabalho que os não-migrantes, pois estes apresentaram participação inferior, com taxa de 51,6% (Tabela 2).

Segundo grupos de idade e condição migratória, a distribuição da PEA pode ser verificada no Gráfico 6. Os migrantes com menos de 3 anos de residência apresentam taxas de participação superiores às demais condições migratórias entre os adolescentes/jovens de 10 e 24 anos. O inverso ocorre com os migrantes com 10 anos ou mais, onde prevalecem as classes de idades acima de 25 anos. Verificou-se ainda que a faixa-etária de 25 a 39 anos apresentou proporções similaridade de PEA em todas as categorias de condição migratória analisadas. Desta forma, mostra que grande parte da PEA encontra-se na faixa de 25 a 39 anos, independentemente da condição migratória.

Gráfico 6 - Distribuição percentual da PEA segundo classes de idade e condição migratória, Manaus, 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

O indicador mais utilizado para avaliar o mercado de trabalho é a taxa de desemprego. Quando este indicador está baixo, a avaliação geral é de que o mercado passa por um bom momento (IPEA, 2006).

Segundo a condição migratória, verifica-se que a taxa de desemprego encontra-se maior entre os não-migrantes, para os quais em 2000 situava-se em torno de 28,0%, superior à encontrada para o conjunto da cidade de Manaus (23,8%) e superior à dos migrantes com qualquer tempo de residência na cidade. Os migrantes com menos de 3 anos de residência apresentaram taxa similar à encontrada na no total da cidade. Já as classes com 3 a 9 anos e 10 anos ou mais apresentaram inferiores, respectivamente de 20,6% e 18,7% (Tabela 2). Deve-se levar em consideração a idade dos migrantes, não se podendo, portanto, concluir que os migrantes com maior tempo de residência encontravam-se em melhor situação, pois a composição etária é diferenciada, com maior número de adultos entre os migrantes com 10 anos ou mais de residência, conforme verificado no Gráfico 6.

O gênero revela um padrão diferenciado de taxas de participação. Os homens possuem taxas de participação superiores às mulheres, independentemente da condição migratória. Tomados separadamente, os homens não-migrantes possuem taxas inferiores aos migrantes, com participação de 59.9%, enquanto os migrantes das classes menos de 3 anos, de 3 a 9 anos e 10 anos e mais apresentaram, respectivamente, em 2000, taxas de 71,7%, 75,8% e 79,4% (Tabela 2).

O desemprego dos trabalhadores do sexo masculino mostrou-se diferenciado conforme a condição migratória. Novamente os não-migrantes apresentaram taxas superiores, com taxa de 24,5%, enquanto os migrantes com menos de 3 anos de residência apresentaram taxa de 20%. Já os migrantes das classes com 3 a 9 anos e 10 anos e mais apresentaram respectivamente taxas de 15,9 e 15,4%.

Por sua vez, as mulheres apresentaram taxas de desemprego superiores às masculinas, independentemente da condição migratória. As maiores taxas estão entre as não-migrantes, com 32,5% de desempregadas em 2000. Por classes de migrantes, as mulheres migrantes com menos de 3 anos de residência apresentaram taxa de 29,5%. As migrantes com 3 a 9 anos e 10 anos ou mais de residência apresentaram taxas de 27,5% e 23,4% respectivamente.

Tabela 2 - Distribuição da população em idade ativa, segundo condição migratória e gênero, Manaus - 2000

		Manaus Total	Não Migrante	Migrantes - 3 anos	Migrantes 3 a 9 anos	Migrantes 10 anos ou +
Total	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	43,3%	48,4%	43,9%	39,1%	35,1%
	Taxa de Participação	56,7%	51,6%	56,1%	60,9%	64,9%
	Taxa de Desemprego	23,8%	28,0%	23,7%	20,6%	18,7%
	Nível de Ocupação	76,2%	72,0%	76,3%	79,4%	81,3%
Masculino	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	32,1%	40,1%	28,3%	24,2%	20,6%
	Taxa de Participação	67,9%	59,9%	71,7%	75,8%	79,4%
	Taxa de Desemprego	20,1%	24,5%	20,0%	15,9%	15,4%
	Nível de Ocupação	79,9%	75,5%	80,0%	84,1%	84,6%
Feminino	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	53,6%	56,3%	58,1%	52,6%	48,3%
	Taxa de Participação	46,4%	43,7%	41,9%	47,4%	51,7%
	Taxa de Desemprego	28,8%	32,5%	29,5%	27,5%	23,4%
	Nível de Ocupação	71,2%	67,5%	70,5%	72,5%	76,6%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

É importante ressaltar o período a que se referem os quesitos sobre o emprego no censo de 2000. A data de referencia do censo era 1º de agosto daquele ano e o quesito relacionado à ocupação e à procura por emprego diz respeito à semana imediatamente inferior à data de referencia censitária, ou seja, de 23 a 29 de julho do mesmo ano. Infere-se que as altas taxas de desemprego encontradas nesta dissertação refletem a situação econômica recente relativamente à pesquisa. Essas taxas podem ser atribuídas a fatores como as diversas crises mundiais (México em 1995, Ásia em 1997) e a episódios de elevação da taxa de juros e

oscilações cambiais após 1999. O período de 1995 a 2002 foi marcado por ciclos de expansão e desaceleração que exigiam enorme capacidade de adaptação das empresas (IPEA, 2006). Pode-se ainda especular, no caso de Manaus, que, por se tratar de uma economia centrada na ZFM e bastante suscetível a abalos externos, apresentou maiores impactos no mercado de trabalho da cidade, gerando as elevadas taxas de desemprego mencionadas.

As taxas de participação por grupos etários e condição migratória revelaram algumas peculiaridades (Tabela 3). Os jovens de 10 a 17 anos, naturais, apresentaram taxas de participação inferiores aos migrantes, percebendo-se, assim, uma maior inserção de migrantes desse grupo etário no mercado de trabalho. Os naturais apresentaram taxa de 12,3%, comparando aos migrantes, estes apresentaram taxas de participação, para as classes com menos de 3 anos, de 3 a 9 anos e 10 anos ou mais de residência, de respectivamente, 20,8%, 17,0% e 21,1%. Desta forma, infere-se a maior incidência de trabalho infantil e adolescente entre os migrantes.

Os jovens de 18 a 24 anos, migrantes e não-migrantes, apresentaram taxas de participação similares, variando entre 65,9 e 68,0%, de acordo com a condição migratória. Já as taxas de desemprego apresentam variação bastante significativa por condição migratória, para as classes menos de 3 anos, de 3 a 9 anos e 10 anos ou mais de residência, apresentaram respectivamente de 29,7%, 26,9%, 30,4%, já os naturais apresentaram taxa superior às taxas de desemprego dos migrantes, com 38,0% (Tabela 3).

A faixa etária de 25 a 39 anos apresenta as maiores taxas de participação dos grupos etários analisados, fato já esperado dada a faixa etária. Por condição migratória este grupo apresenta taxas de 78,5% para os naturais, 76,5% para os migrantes com menos de 3 anos, e 79,0%, e 79,2% para os migrantes com 3 a 9 anos e com 10 anos e mais, respectivamente (Tabela 3). O desemprego na cidade de Manaus, para esta faixa etária foi de 20,2%. Por condição migratória, apresentou taxas de 22,0% para os naturais, e para as classes de menos

de 3 anos, de 3 a 9 anos e 10 anos e mais, respectivamente, 19,3%, 16,7% e 19,2% em 2000. A classe de 40 a 59 anos possui taxas de participação variando entre 69,1% e 72,6%. O desemprego mostrou-se inferior as classes de idade mais jovens, variando entre 13,4% e 17,0%.

Tabela 3 – Distribuição da população economicamente ativa por idade e condição migratória, Manaus - 2000

Condição Migratória		De 10 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 39 anos	De 40 a 59 anos	De 60 anos ou mais
Menos de 3 anos	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	79,2%	34,1%	23,5%	30,9%	83,9%
	Taxa de Participação	20,8%	65,9%	76,5%	69,1%	16,1%
	Taxa de Desemprego	31,8%	29,7%	19,3%	17,0%	18,9%
	Nível de Ocupação	68,2%	70,3%	80,7%	83,0%	71,1%
De 3 a 9 anos	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	83,0%	32,0%	21,0%	27,4%	75,7%
	Taxa de Participação	17,0%	68,0%	79,0%	72,6%	24,3%
	Taxa de Desemprego	39,9%	26,9%	16,7%	13,4%	11,9%
	Nível de Ocupação	60,1%	73,1%	83,3%	86,6%	88,1%
10 anos ou mais	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	79,9%	32,1%	20,8%	28,4%	79,0%
	Taxa de Participação	20,1%	67,9%	79,2%	71,6%	21,0%
	Taxa de Desemprego	49,4%	30,4%	19,2%	14,5%	12,6%
	Nível de Ocupação	50,6%	69,6%	80,8%	85,5%	87,4%
Naturais	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	87,7%	33,0%	21,5%	30,6%	80,6%
	Taxa de Participação	12,3%	67,0%	78,5%	69,4%	19,4%
	Taxa de Desemprego	50,7%	38,0%	22,0%	14,8%	14,9%
	Nível de Ocupação	49,3%	62,0%	78,0%	85,2%	85,1%
Manaus total	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	86,2%	32,8%	21,3%	29,2%	79,4%
	Taxa de Participação	13,8%	67,2%	78,7%	70,8%	20,6%
	Taxa de Desemprego	47,5%	34,7%	20,2%	14,6%	13,6%
	Nível de Ocupação	52,5%	65,3%	79,8%	85,4%	86,4%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

O grupo com 60 anos e mais apresentou taxas de participação variando entre 16,1% e 24,3% para as classes de migrantes por tempo de residência. Já os naturais apresentaram taxa

de participação de 19,4%. Apesar de o benefício previdenciário ser uma compensação pela perda da capacidade laboral, no caso brasileiro, a aposentadoria não significa necessariamente retiro da força de trabalho.

Em 2000, 16,4% dos aposentados do Brasil estavam inseridos no mercado de trabalho (IPEA, 2006). A taxa de desemprego para o grupo etário foi de 13,6% em Manaus, 2000 (Tabela 3). Segundo Gremaud *et al.*(2009) um sistema de aposentadoria eficiente leva a uma diminuição do desemprego, pois a população que pode aposentar-se efetivamente o fará, quando possuir condições de sobrevivência a partir dos benefícios pagos pelo sistema de seguridade.

Parte importante da análise refere-se ao nível de instrução. Verificou-se na Tabela 4 a distribuição da população conforme anos de estudo e condição migratória. O grupo sem instrução/menos de 1 ano apresentou, entre os migrantes, taxa de desemprego variando entre 18,6% e 24,5%. Para o mesmo grupo, entre os naturais, a taxa de desemprego mostrou-se superior quando comparada aos migrantes (28,1%). Neste aspecto, ressalta-se a questão da inserção de forma precária do migrante no mercado de trabalho. Infere-se que os migrantes estão mais dispostos a aceitar diferentes tipos de trabalho, já que as taxas de desemprego são inferiores e conforme será abordado mais adiante deste capítulo a precariedade mostra-se superior para os migrantes.

Na classe com 11 anos ou mais de estudo, os naturais possuem taxa de participação inferior aos migrantes e taxa de desemprego superior. Apresentaram taxas de participação de 52,1% e de desemprego de 28,4%. Os grupos de migrantes com menos de 3 anos, de 3 a 9 anos e com 10 anos ou mais de residência, apresentaram respectivamente, nível de ocupação de 76,6%, 76,1% e 81,3%, superior ao apresentado pelos naturais que foi de 71,6%.

Tabela 4 – Distribuição da População em idade ativa, por anos de estudo e condição migratória, Manaus - 2000

Condição Migratória		Anos de Estudo				
		Sem instrução/ menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	11 anos ou mais
Menos de 3 anos	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	43,2%	45,4%	46,4%	42,9%	44,3%
	Taxa de Participação	56,8%	54,6%	53,6%	57,1%	55,7%
	Taxa de Desemprego	24,5%	23,4%	26,5%	18,2%	23,4%
	Nível de Ocupação	75,5%	76,6%	73,5%	81,8%	76,6%
De 3 a 9 anos	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	39,3%	39,9%	38,5%	37,6%	39,7%
	Taxa de Participação	60,7%	60,1%	61,5%	62,4%	60,3%
	Taxa de Desemprego	20,4%	19,9%	20,2%	16,7%	23,9%
	Nível de Ocupação	79,6%	80,1%	79,8%	83,3%	76,1%
10 anos ou mais	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	35,2%	36,1%	36,0%	33,0%	34,2%
	Taxa de Participação	64,8%	63,9%	64,0%	67,0%	65,8%
	Taxa de Desemprego	18,6%	17,8%	18,5%	19,4%	18,7%
	Nível de Ocupação	81,4%	82,2%	81,5%	80,6%	81,3%
Naturais	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	48,8%	48,3%	49,3%	47,3%	47,9%
	Taxa de Participação	51,2%	51,7%	50,7%	52,7%	52,1%
	Taxa de Desemprego	28,1%	28,8%	28,8%	26,1%	28,4%
	Nível de Ocupação	71,9%	71,2%	71,2%	73,9%	71,6%
Manaus total	PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	PNEA	43,6%	43,6%	44,1%	41,8%	42,8%
	Taxa de Participação	56,4%	56,4%	55,9%	58,2%	57,2%
	Taxa de Desemprego	23,9%	23,8%	24,2%	22,2%	24,3%
	Nível de Ocupação	76,1%	76,2%	75,8%	77,8%	75,7%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria)

4.2 Distribuição da população ocupada por setor de atividade

A distribuição da população ocupada por setor de atividade econômica pode ser verificada na Tabela 5. O setor de serviços mostrou-se de grande destaque na absorção da força de trabalho da cidade de Manaus, seguido pela indústria de transformação.

Fazendo um comparativo entre os migrantes e os não-migrantes, verificou-se que a distribuição é diferenciada entre alguns setores. Percebe-se uma proporção superior de migrantes no setor da construção civil, em todas as classes de tempo de residência.

É importante ressaltar que o ingresso na administração pública ocorre por meio dos concursos públicos, que em geral são de âmbito nacional, infere-se que este fato influenciou diretamente na maior proporção apresentada entre os migrantes recentes, em busca de bons salários e estabilidade.

Tabela 5 – População ocupada por setor de atividade e condição migratória, Manaus - 2000

	Menos de 3 anos	De 3 a 9 anos	10 anos ou mais	Naturais
Agricultura, Pecuária, Extração vegetal e mineral e Pesca	2,7%	2,1%	2,0%	1,7%
Indústrias de Transformação	10,8%	13,9%	15,0%	15,8%
Construção Civil	8,6%	9,4%	8,5%	5,9%
Serviços e Comércio de mercadorias	60,7%	63,1%	61,1%	60,8%
Administração Pública	10,3%	5,7%	6,9%	8,8%
Atividades mal definidas/sem correspondência no censo 2000	6,9%	5,8%	6,6%	7,0%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria)

Na Tabela 6 pode-se observar a ocupação no trabalho principal. Entende-se por ocupação a função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por uma pessoa numa atividade econômica. A ocupação refere-se sempre ao trabalho principal. Trabalho principal é aquele ao qual a pessoa dedica maior número de horas normalmente trabalhadas por semana, independentemente de ser remunerada ou não-remunerada (IBGE, 2002).

Por condição migratória, verifica-se que 39,3% dos migrantes recentes, com menos de 3 anos de residência, são trabalhadores ocupados com serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. Nesta ocupação está inserida a maioria dos ocupados, independentemente de serem ou naturais da cidade e do tempo de residência, no caso dos migrantes: 32,7% dos

naturais estão nessa situação, juntamente com 41,5% dos migrantes de 3 a 9 anos e 38,6% dos migrantes com 10 anos ou mais de residência (Tabela 6). Em segundo lugar na ordem de importância das ocupações. Estão os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais /Indústria extrativa e da construção civil.

Tabela 6 - Ocupação no trabalho principal por condição migratória, Manaus - 2000

	Menos de 3 anos	De 3 a 9 anos	10 anos ou mais	Naturais	Manaus total
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	6,1%	2,4%	1,4%	2,0%	2,1%
Membros do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	3,6%	3,4%	4,3%	4,0%	4,0%
Profissionais das ciências e das artes	6,3%	4,7%	5,4%	6,5%	5,9%
Técnicos de nível médio	8,5%	6,9%	9,2%	12,3%	10,3%
Trabalhadores de serviços administrativos	7,4%	7,9%	7,7%	13,1%	10,2%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	39,3%	41,5%	38,6%	32,7%	36,3%
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	2,6%	1,7%	1,8%	1,5%	1,7%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais /Indústria extrativa e da construção civil	19,3%	23,9%	24,9%	20,8%	22,6%
Trabalhadores da produção de bens e serviços / Indústrias de processos contínuos e outras indústrias	2,2%	3,5%	2,5%	2,8%	2,8%
Trabalhadores de reparação e manutenção	2,7%	2,9%	2,8%	2,7%	2,7%
Ocupações Mal definidas	2,0%	1,3%	1,4%	1,6%	1,5%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria)

Dentre as demais ocupações, destacam-se os membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares que representam parcela significativa entre os migrantes com menos de 3 anos de residência, e quando comparados com as demais classes de migrantes e naturais, mostra-se superior. Os militares têm participação muito reduzida nas ocupações relacionadas, porém, chama atenção, entre eles, a maior participação dos moradores mais recentes que representam 6,1%, para a classe com menos de 3 anos, bem superior aos naturais (2,0%).

Os naturais apresentam maiores proporções de técnicos de nível médio e trabalhadores de serviços administrativos com proporções de 12,3% e 13,1%, respectivamente. É importante

ressaltar os profissionais das ciências e das artes que apresentam maior proporção entre os migrantes mais recentes, quando comparados as demais classes de migrantes (Tabela 6).

4.3 Posição na ocupação, grau de informalidade e excesso de horas trabalhadas

A distribuição da população ocupada segundo posição na ocupação, pode ser verificada na Tabela 7. Os naturais apresentam maior proporção de trabalhadores empregados com carteira de trabalho assinada, com 38,9%. Comparando com os migrantes verificou-se que estes possuem proporções inferiores a 35% de trabalhadores sem carteira assinada nas três classes de tempo de residência que temos considerado.

Outro fato que chama a atenção é a maior proporção de trabalhadores sem carteira assinada, entre os migrantes recentes, com 33,6%. Destaca-se ainda que grande parte dos migrantes com 10 anos e mais de residência são conta própria (29,6%), proporção superior as demais classes de tempo de residência (Tabela 7).

Tabela 7 - Distribuição da população ocupada segundo posição na ocupação e condição migratória, Amazonas - 2000

	Naturais	Menos de 3 anos	De 3 a 9 anos	10 anos ou mais
População total ocupada	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0,9%	1,5%	1,7%	1,5%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	5,8%	13,0%	11,0%	6,3%
Empregado com carteira de trabalho assinada	38,9%	29,6%	34,2%	34,4%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	29,4%	33,6%	27,4%	24,3%
Empregador	1,7%	1,0%	1,6%	2,4%
Conta-própria	20,8%	19,0%	21,8%	29,6%
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	0,5%	0,7%	0,5%	0,2%
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	1,5%	1,3%	1,3%	0,8%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,4%	0,3%	0,5%	0,4%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

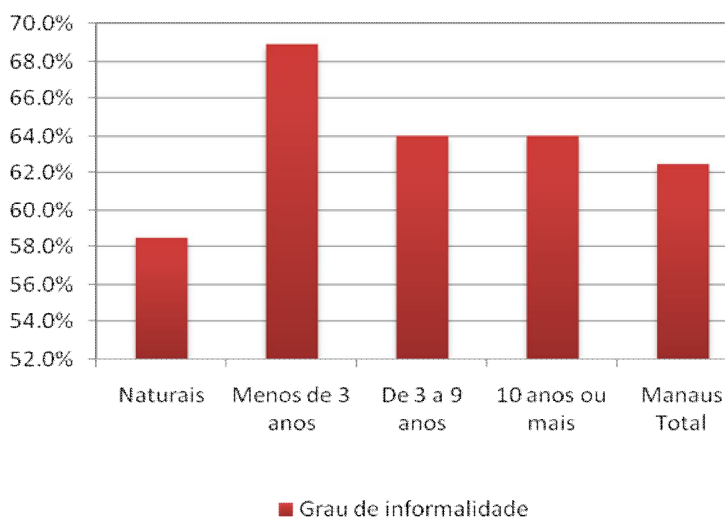
Um dos fenômenos marcantes do mercado de trabalho no Brasil, desde os anos 1990, foi a proliferação das práticas informais (IPEA, 2006). O presente estudo mostra que no

âmbito da cidade de Manaus o mercado informal é bastante expressivo. A informalidade chega a 62,5% da população ocupada da cidade.

Verificou-se um percentual maior de migrantes no mercado informal de trabalho quando comparado aos naturais. As classes com menos de 3 anos de residência, de 3 a 9 anos, e 10 anos e mais, apresentaram respectivamente, 68,9%, 64,0% e 64%, em 2000. Percebe-se a maior inserção dos migrantes recentes, com menos de 3 anos de residência, no mercado de trabalho informal, com aproximadamente 10 pontos percentuais de diferença em relação aos naturais (58,5%), conforme o Gráfico 7.

A análise por condição migratória mostra que as classes com 3 a 9 anos e 10 anos ou mais de residência apresentam grau de informalidade próximos ao total apresentado pela cidade de Manaus, ficando acima do naturais e abaixo dos migrantes com menos de 3 anos de residência, em 2000 (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Grau de informalidade por condição migratória, Manaus - 2000

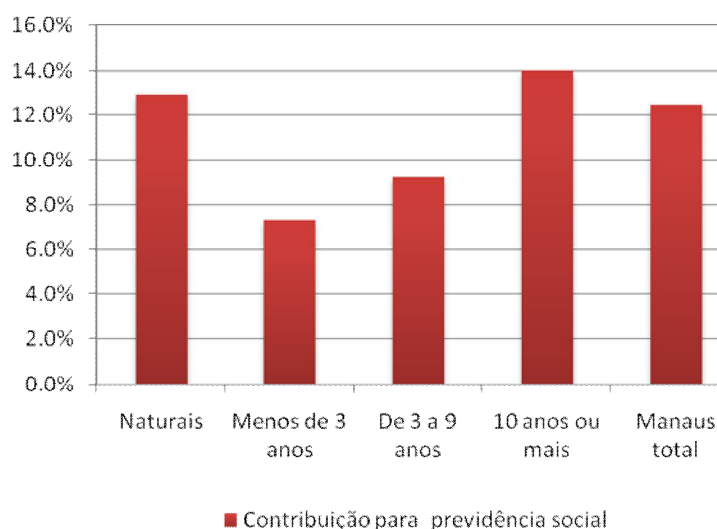


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

Cabe ressaltar que o acesso à seguridade social é um direito humano de grande relevância, sendo instrumento essencial para a igualdade social e proporciona garantia de renda e serviços sociais aos trabalhadores.

A contribuição para a previdência social, verificada no Gráfico 8, mostra a precariedade da inserção do migrante no mercado de trabalho. O migrante recente é o que possui a menor proporção de contribuição à Previdência Social. Verifica-se, porém, que a baixa contribuição para a previdência ocorre tanto para os migrantes quanto para os naturais.

Gráfico 8 - Ocupados com contribuição para a previdência social por condição migratória, Manaus - 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

O excesso de horas trabalhadas está relacionado com a qualidade de vida do trabalhador. No Gráfico 9, pode-se verificar que aproximadamente metade dos trabalhadores da cidade de Manaus, em 2000, apresentaram jornada de trabalho excessiva.

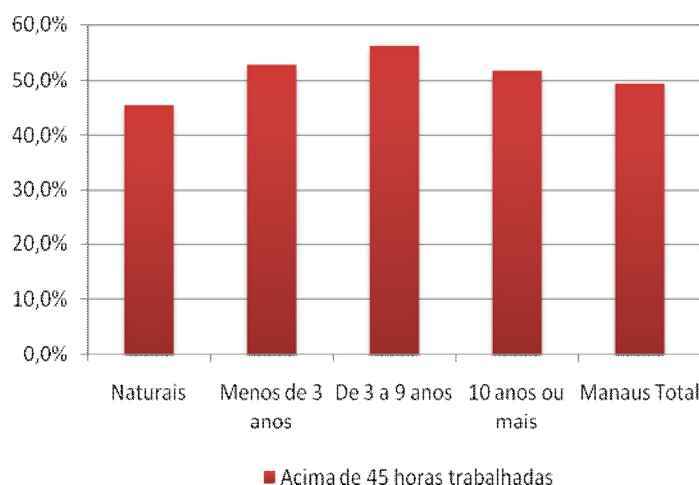
Os migrantes, conforme o tempo de residência em Manaus, apresentaram os seguintes percentuais de trabalhadores com jornada de trabalho superior a 45 horas semanais, ou seja, com excesso de horas trabalhadas, para as classes de tempo de residência, menos de 3 anos,

de 3 a 9 anos e 10 anos ou mais de residência, respectivamente 52,7%, 56,2% e 51,8%. Já os naturais da cidade apresentaram um percentual inferior, porém elevado, de trabalhadores com excesso de horas trabalhadas 45,3% (Gráfico 9).

A inserção desfavorável do migrante no mercado de trabalho é visível no quesito jornada excessiva de trabalho. Esta ampliação da jornada de trabalho pode ser vista como reflexo da maior desproteção social vivida pelo migrante recente, que se submete a condições ainda mais desfavoráveis de trabalho. Cabe ainda explicitar que os dados sugerem que existe certa impossibilidade do migrante manter-se desempregado, na atual situação do mercado de trabalho em que as condições de trabalho tem se deteriorado.

Infelizmente a inserção do migrante recente no mercado de trabalho ocorre de forma precária como verificado ao analisar os indicadores: grau de informalidade, contribuição previdenciária e excesso de horas trabalhadas.

Gráfico 9 – Proporção de trabalhadores com jornada semanal de trabalho superior a 45 horas, por condição migratória, Manaus - 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS RENDIMENTOS

O quinto capítulo tem como enfoque a renda do migrante e do não-migrante. Faz uma análise dos rendimentos dos trabalhadores por condição migratória, com ênfase nas rendas do trabalho principal, considerando gênero, idade, escolaridade

3.1 Rendimentos do trabalho principal: Idade, sexo e condição na unidade familiar

A análise descritiva dos rendimentos dos trabalhadores aponta diferentes aspectos, por idade, sexo, condição na unidade familiar. Permanecem, para a análise deste capítulo, as classes de migrantes conforme o de tempo de moradia na cidade de Manaus.

Quando se analisa a população sem rendimentos, percebe-se que a grande maioria são adolescentes/jovens entre 10 a 17 anos. Independentemente da condição migratória, o fenômeno se repete, com exceção dos migrantes recentes com menos de 3 anos de residência, pois estes apresentam uma pequena diferença. Dos que possuem rendimento, grande parte recebe menos de 1 Salário Mínimo (SM).

Verifica-se que a maioria dos jovens de 18 a 24 anos recebem até 2 SM, independentemente da condição migratória. Ressalta-se, ainda, que apenas 5,0% recebem de 3 a 5 SM e menos de 5,0% recebem mais de 5 SM.

Como se observa na Tabela 8, na população entre 25 a 59 anos ocorre uma concentração nas faixas de rendimento até 2 SM com pequenas variações quando se considera a condição migratória. Da mesma forma ocorre com a faixa etária de 60 anos ou mais, destacam-se as classes de rendimentos até 2 SM.

Tabela 8 - Rendimento em salários mínimos por idade e condição migratória, Manaus - 2000

	Sem renda	Menos de 1 SM	De 1 a - de 2 SM	De 2 a - de 3 SM	De 3 a - de 5 SM	De 5 a - de 10 SM	De 10 a - de 20 SM	20 SM e mais
Migrantes com menos de 3 anos								
De 10 a 17 anos	82,2%	12,2%	4,8%	0,4%	0,4%	0,1%	0,1%	0,0%
De 18 a 24 anos	50,3%	16,6%	17,7%	5,9%	5,0%	3,5%	0,6%	0,3%
De 25 a 39 anos	34,9%	9,5%	19,7%	7,7%	8,6%	10,3%	5,7%	3,6%
De 40 a 59 anos	32,1%	11,8%	12,8%	6,8%	9,3%	11,2%	10,6%	5,3%
De 60 anos ou mais	18,9%	51,5%	13,5%	3,6%	4,7%	4,4%	2,2%	1,1%
Migrantes de 3 a 9 anos								
De 10 a 17 anos	87,7%	8,6%	2,8%	0,5%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%
De 18 a 24 anos	47,6%	13,8%	22,3%	7,6%	5,3%	2,4%	0,6%	0,3%
De 25 a 39 anos	32,0%	10,3%	20,2%	12,2%	11,1%	8,4%	3,6%	2,1%
De 40 a 59 anos	31,7%	12,2%	18,1%	8,2%	9,0%	9,8%	5,3%	5,8%
De 60 anos ou mais	17,0%	50,0%	12,9%	6,6%	4,6%	4,5%	2,3%	2,1%
Migrantes com 10 anos ou mais								
De 10 a 17 anos	87,5%	9,1%	2,4%	0,7%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
De 18 a 24 anos	50,3%	15,5%	19,3%	6,5%	5,4%	2,3%	0,6%	0,1%
De 25 a 39 anos	32,5%	10,1%	20,2%	11,1%	12,6%	8,9%	3,1%	1,5%
De 40 a 59 anos	28,3%	13,2%	16,6%	9,4%	11,6%	11,9%	5,4%	3,6%
De 60 anos ou mais	16,9%	39,6%	16,1%	6,9%	8,4%	7,2%	2,7%	2,1%
Naturais								
De 10 a 17 anos	90,5%	6,7%	2,2%	0,3%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%
De 18 a 24 anos	55,6%	12,2%	18,1%	6,7%	4,5%	2,4%	0,4%	0,1%
De 25 a 39 anos	34,8%	9,7%	19,2%	10,8%	11,5%	9,1%	3,4%	1,5%
De 40 a 59 anos	29,2%	10,5%	14,6%	9,3%	10,9%	13,3%	7,4%	4,9%
De 60 anos ou mais	16,3%	33,4%	14,6%	8,9%	8,6%	10,1%	4,4%	3,7%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

A distribuição dos rendimentos por condição na unidade familiar mostra que mais de 50% dos responsáveis, independentemente da condição migratória, recebem até 2 SM. Ressalta-se que entre os migrantes recentes, com menos de 3 anos de residência, existe uma maior proporção de chefes de família que recebem 10 SM ou mais, cerca de 14,2%. Este dado revelou-se acima dos demais grupos de migrantes e naturais que apresentaram, respectivamente, percentuais de 8,0%, 8,2% e 8,6% de responsáveis que recebem 10 SM ou mais (Tabela 9).

Percebe-se que mais da metade dos cônjuges não possuem rendimentos. Este fato se estende para todas as condições migratórias, porém, verifica-se que os migrantes com menos de 3 anos de residência possuem percentual superior de cônjuges sem rendimento, chegando a 63,7% (Tabela 9).

Tabela 9 – Rendimentos em Salários Mínimos por condição na unidade familiar e condição migratória, Manaus - 2000

	Menos de 3 anos	De 3 a 9 anos	10 anos ou mais	Naturais
Principal responsável				
Sem rendimento	20,0%	19,0%	17,2%	21,8%
Menos de 1 salário-mínimo	12,7%	13,1%	15,7%	13,2%
De 1 a menos de 2 SM	20,7%	24,2%	20,2%	20,8%
De 2 a menos de 3 SM	8,7%	13,0%	11,7%	11,5%
De 3 a menos de 5 SM	11,1%	13,1%	14,3%	12,6%
De 5 a menos de 10 SM	12,5%	9,6%	12,6%	11,4%
De 10 a menos de 20 SM	8,7%	4,2%	5,0%	5,3%
20 SM e mais	5,5%	3,8%	3,2%	3,3%
Cônjuge, companheiro(a)				
Sem rendimento	63,7%	61,2%	51,1%	56,1%
Menos de 1 salário-mínimo	10,2%	10,9%	13,5%	9,1%
De 1 a menos de 2 SM	9,7%	12,3%	14,3%	12,9%
De 2 a menos de 3 SM	3,9%	5,3%	6,1%	6,5%
De 3 a menos de 5 SM	4,7%	3,7%	6,6%	6,3%
De 5 a menos de 10 SM	4,8%	3,6%	5,1%	5,6%
De 10 a menos de 20 SM	2,4%	2,2%	2,1%	2,4%
20 SM e mais	0,7%	0,8%	1,2%	1,1%
Filho(a), enteado(a)				
Sem rendimento	76,8%	77,2%	57,9%	74,2%
Menos de 1 salário-mínimo	10,3%	8,8%	12,4%	8,2%
De 1 a menos de 2 SM	8,1%	7,6%	13,4%	8,5%
De 2 a menos de 3 SM	1,8%	2,8%	5,7%	3,6%
De 3 a menos de 5 SM	1,6%	2,1%	5,3%	2,8%
De 5 a menos de 10 SM	0,9%	1,2%	3,2%	2,0%
De 10 a menos de 20 SM	0,4%	0,2%	1,4%	0,5%
20 SM e mais	0,1%	0,1%	0,5%	0,2%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

Os filhos apresentam elevada proporção sem rendimento independentemente da condição migratória. Para os migrantes com 10 anos ou mais de residência, o percentual é de

57,9%. Comparando com os demais grupos de migrantes este grupo apresentou menor percentual. Os grupos de migrantes com menos de 3 anos e de 3 a 9 anos apresentaram percentual de filhos sem rendimento de, respectivamente, 76,8% e 77,2% (Tabela 9).

A análise por gênero foi feita levando em consideração a idade e condição migratória, conforme as tabelas 10 e 11. Verificou-se que a proporção de pessoas, de ambos os sexos, sem rendimento diminui conforme a idade aumenta. As mulheres naturais com idades de 10 a 17 possuem proporção de sem rendimentos de 91,0%, assim como 89,6% dos homens com a mesma faixa etária não possuem rendimento. Os jovens migrantes de 10 a 17 anos com menos de 3 anos de residência possuem a menor proporção de jovens sem rendimento com 80,5% dos homens e 83,3% das mulheres, desta faixa etária (Tabela 10).

Existe uma maior proporção de mulheres sem rendimento com exceção da faixa com 60 anos e mais, quando comparadas aos homens. Ressalte-se que as mulheres migrantes com menos de 3 anos de residência são as que possuem a menor proporção sem renda em relação as demais classes de condição migratória, como pode ser verificado na Tabela 10.

A presença feminina nas classes de renda mais altas é inferior a masculina. Grande parte das mulheres recebem menos de 2 SM, e este fato ocorre independentemente da condição migratória. Como pode ser verificado nas tabelas 10 e 11, o diferencial de renda por gênero existe em todas as faixas etárias, persistindo o número inferior de mulheres nas faixas salariais mais altas e o grande número de mulheres sem rendimento.

Tabela 10 - Rendimento da população do sexo masculino, por condição migratória e idade, Manaus - 2000

	De 10 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 39 anos	De 40 a 59 anos	De 60 anos ou mais
Migrantes com menos de 3 anos					
Sem rendimento	80,5%	37,5%	18,9%	17,5%	19,3%
Menos de 1 salário-mínimo	12,7%	14,6%	7,7%	10,4%	45,7%
De 1 a menos de 2 SM	6,5%	25,1%	23,7%	14,5%	13,3%
De 2 a menos de 3 SM	0,2%	8,8%	10,0%	7,6%	4,6%
De 3 a menos de 5 SM	0,2%	6,4%	12,7%	10,1%	6,7%
De 5 a menos de 10 SM	0,0%	6,5%	12,9%	14,8%	5,5%
De 10 a menos de 20 SM	0,0%	0,6%	7,8%	16,7%	3,3%
20 SM e mais	0,0%	0,4%	6,3%	8,4%	1,7%
Migrantes de 3 a 9 anos					
Sem rendimento	88,3%	29,9%	15,8%	17,7%	18,1%
Menos de 1 salário-mínimo	7,0%	12,5%	8,5%	9,3%	36,2%
De 1 a menos de 2 SM	3,8%	30,8%	23,8%	21,3%	16,8%
De 2 a menos de 3 SM	0,7%	12,3%	17,0%	9,8%	8,2%
De 3 a menos de 5 SM	0,1%	8,9%	15,8%	12,9%	5,6%
De 5 a menos de 10 SM	0,1%	4,1%	11,3%	12,8%	7,7%
De 10 a menos de 20 SM	0,0%	1,2%	4,7%	7,3%	2,9%
20 SM e mais	0,0%	0,4%	3,1%	8,9%	4,5%
Migrantes com 10 anos ou mais					
Sem rendimento	86,1%	38,9%	16,9%	16,9%	11,0%
Menos de 1 salário-mínimo	9,6%	15,8%	7,7%	10,1%	30,3%
De 1 a menos de 2 SM	3,2%	25,6%	22,7%	16,7%	19,6%
De 2 a menos de 3 SM	0,7%	8,1%	15,3%	11,0%	8,6%
De 3 a menos de 5 SM	0,3%	7,5%	18,1%	15,7%	12,6%
De 5 a menos de 10 SM	0,1%	3,0%	13,0%	15,8%	10,1%
De 10 a menos de 20 SM	0,1%	1,0%	4,4%	8,1%	4,0%
20 SM e mais	0,0%	0,1%	2,0%	5,6%	3,8%
Naturais					
Sem rendimento	89,6%	47,0%	22,3%	19,3%	9,8%
Menos de 1 salário-mínimo	7,3%	13,3%	8,8%	8,4%	28,0%
De 1 a menos de 2 SM	2,5%	21,8%	21,6%	14,8%	16,4%
De 2 a menos de 3 SM	0,4%	8,5%	13,5%	10,2%	9,7%
De 3 a menos de 5 SM	0,1%	5,9%	15,5%	14,4%	9,5%
De 5 a menos de 10 SM	0,0%	3,0%	11,6%	16,0%	13,5%
De 10 a menos de 20 SM	0,0%	0,5%	4,5%	10,0%	6,2%
20 SM e mais	0,0%	0,1%	2,1%	6,9%	6,7%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

Tabela 11 - Rendimentos da população feminina por condição migratória e idade, Manaus - 2000

	De 10 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 39 anos	De 40 a 59 anos	De 60 anos ou mais
Migrantes com menos de 3 anos					
Sem rendimento	83,3%	61,9%	52,4%	49,6%	18,5%
Menos de 1 salário-mínimo	11,8%	18,4%	11,4%	13,6%	57,5%
De 1 a menos de 2 SM	3,7%	11,1%	15,3%	10,8%	13,8%
De 2 a menos de 3 SM	0,5%	3,3%	5,3%	5,9%	2,7%
De 3 a menos de 5 SM	0,5%	3,7%	4,3%	8,4%	2,7%
De 5 a menos de 10 SM	0,0%	0,8%	7,4%	6,9%	3,3%
De 10 a menos de 20 SM	0,0%	0,7%	3,3%	3,3%	1,0%
20 SM e mais	0,0%	0,1%	0,7%	1,7%	0,6%
Migrantes de 3 a 9 anos					
Sem rendimento	87,2%	60,6%	48,9%	48,0%	16,1%
Menos de 1 salário-mínimo	10,0%	14,8%	12,3%	15,5%	61,5%
De 1 a menos de 2 SM	1,9%	16,2%	16,4%	14,2%	9,6%
De 2 a menos de 3 SM	0,3%	4,2%	7,2%	6,4%	5,3%
De 3 a menos de 5 SM	0,4%	2,7%	6,3%	4,4%	3,8%
De 5 a menos de 10 SM	0,1%	1,1%	5,4%	6,4%	1,9%
De 10 a menos de 20 SM	0,1%	0,2%	2,6%	2,9%	1,9%
20 SM e mais	0,0%	0,3%	1,1%	2,2%	0,0%
Migrantes com 10 anos ou mais					
Sem rendimento	88,9%	60,7%	46,8%	39,1%	21,6%
Menos de 1 salário-mínimo	8,6%	15,3%	12,4%	16,1%	46,9%
De 1 a menos de 2 SM	1,7%	13,5%	17,8%	16,6%	13,3%
De 2 a menos de 3 SM	0,7%	5,0%	7,2%	7,9%	5,6%
De 3 a menos de 5 SM	0,0%	3,5%	7,6%	7,7%	5,2%
De 5 a menos de 10 SM	0,0%	1,6%	5,2%	8,2%	5,0%
De 10 a menos de 20 SM	0,0%	0,3%	2,0%	2,8%	1,6%
20 SM e mais	0,0%	0,1%	1,0%	1,6%	0,9%
Naturais					
Sem rendimento	91,4%	64,0%	46,2%	37,7%	20,5%
Menos de 1 salário-mínimo	6,1%	11,1%	10,5%	12,3%	37,0%
De 1 a menos de 2 SM	1,9%	14,4%	17,0%	14,5%	13,5%
De 2 a menos de 3 SM	0,3%	5,1%	8,2%	8,6%	8,3%
De 3 a menos de 5 SM	0,2%	3,3%	7,9%	7,9%	8,0%
De 5 a menos de 10 SM	0,1%	1,8%	6,8%	10,9%	7,8%
De 10 a menos de 20 SM	0,0%	0,3%	2,4%	5,0%	3,3%
20 SM e mais	0,0%	0,1%	1,0%	3,1%	1,7%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

3.2 Rendimentos por setor de atividade econômica

Os rendimentos por setor de atividade podem ser verificados, segundo condição migratória, nas Tabelas 12, 13, 14 e 15. A distribuição dos trabalhadores por setores de atividade apresentam proporções diferenciadas segundo a condição migratória.

No setor Indústrias de Transformação, a distribuição segundo classes de rendimentos dos migrantes com menos de 3 anos de residência mostrou um percentual de trabalhadores com renda acima de 5 SM (23,4%) superior à verificada nos migrantes mais de 3 a 9 (15,1%) e nos naturais (16,2%). Pode significar que entre os migrantes recentes existe uma migração qualificada direcionada para cargos melhor remunerados.

Tabela 12 - Rendimento por setor de atividade do trabalho principal, migrantes com menos de 3 anos de residência, Manaus - 2000

	Sem renda	Menos de 1 SM	De 1 a - de 2 SM	De 2 a - de 3 SM	De 3 a - de 5 SM	De 5 a - de 10 SM	De 10 a - de 20 SM	20 SM e mais
Agricultura, Pecuária, Extração vegetal e mineral e Pesca	18,8%	28,0%	19,9%	3,9%	18,1%	6,9%	4,4%	0,0%
Indústrias de Transformação	2,6%	13,2%	36,0%	14,7%	10,2%	9,9%	8,0%	5,5%
Construção Civil	0,0%	15,9%	47,6%	15,5%	13,4%	3,0%	4,1%	0,6%
Serviços e Comércio	2,2%	27,9%	30,5%	11,0%	11,3%	8,8%	5,5%	2,9%
Administração Pública	0,4%	4,1%	4,5%	4,0%	12,3%	40,0%	23,1%	11,7%
Atividades mal definidas/sem correspondência no censo 2000	2,8%	18,0%	28,9%	7,5%	11,1%	14,4%	6,9%	10,5%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

Percebe-se que a distribuição dos trabalhadores migrantes, com menos de 3 anos de residência, no setor Administração Pública, revela uma remuneração elevada com 74,8% recebendo de 5 SM ou mais. Ressalte-se que apenas 37,9% dos naturais de Manaus que trabalham na Administração Pública recebem remuneração acima de 5 SM. Este fato pode ser reflexo dos concursos públicos em nível nacional que atraem migrantes, como mencionado anteriormente.

Tabela 13 - Rendimento por setor de atividade do trabalho principal, migrantes com 3 a 9 anos de residência, Manaus - 2000

	Sem renda	Menos de 1 SM	De 1 a - de 2 SM	De 2 a - de 3 SM	De 3 a - de 5 SM	De 5 a - de 10 SM	De 10 a - de 20 SM	20 SM e mais
Agricultura, Pecuária, Extração vegetal e mineral e Pesca	28,2%	19,9%	28,2%	10,5%	3,9%	4,1%	3,7%	1,5%
Indústrias de Transformação	1,2%	11,8%	35,7%	20,4%	15,9%	7,8%	3,6%	3,7%
Construção Civil	1,8%	16,8%	41,0%	18,1%	13,9%	5,5%	1,8%	1,1%
Serviços e Comércio de mercadorias	2,0%	22,0%	33,0%	14,7%	12,2%	9,2%	3,9%	3,1%
Administração Pública	0,3%	4,8%	10,1%	12,2%	21,3%	29,1%	12,7%	9,4%
Atividades mal definidas/sem correspondência no censo 2000	1,8%	15,7%	29,5%	14,9%	15,1%	11,9%	6,7%	4,5%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

Tabela 14 - Rendimento por setor de atividade do trabalho principal, migrantes com 10 anos ou mais de residência, Manaus - 2000

	Sem renda	Menos de 1 SM	De 1 a - de 2 SM	De 2 a - de 3 SM	De 3 a - de 5 SM	De 5 a - de 10 SM	De 10 a - de 20 SM	20 SM e mais
Agricultura, Pecuária, Extração vegetal e mineral e Pesca	19,5%	25,9%	23,8%	9,0%	10,1%	6,7%	3,0%	1,9%
Indústrias de Transformação	0,6%	10,9%	28,6%	19,6%	18,1%	13,1%	5,6%	3,6%
Construção Civil	0,7%	13,6%	32,6%	21,4%	19,3%	8,5%	2,1%	1,7%
Serviços e Comércio de mercadorias	1,0%	18,0%	28,6%	13,5%	16,0%	14,2%	5,4%	3,2%
Administração Pública	0,1%	5,5%	13,5%	12,0%	25,5%	23,1%	12,4%	7,9%
Atividades mal definidas/sem correspondência no censo 2000	1,0%	14,4%	23,7%	15,0%	18,0%	14,6%	8,7%	4,5%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

Tabela 15 - Rendimento por setor de atividade do trabalho principal, Naturais do município de Manaus – 2000

	Sem renda	Menos de 1 SM	De 1 a - de 2 SM	De 2 a - de 3 SM	De 3 a - de 5 SM	De 5 a - de 10 SM	De 10 a - de 20 SM	20 SM e mais
Agricultura, Pecuária, Extração vegetal e mineral e Pesca	25,5%	24,3%	26,1%	10,0%	6,7%	4,5%	2,0%	1,0%
Indústrias de Transformação	1,2%	11,3%	35,5%	20,9%	15,0%	10,5%	4,2%	1,5%
Construção Civil	1,9%	20,1%	39,4%	16,5%	12,2%	6,8%	1,9%	1,3%
Serviços e Comércio de mercadorias	2,0%	20,3%	30,6%	14,0%	13,7%	11,9%	4,8%	2,7%
Administração Pública	0,4%	8,2%	15,1%	13,4%	24,9%	21,8%	10,0%	6,1%
Atividades mal definidas/sem correspondência no censo 2000	1,3%	15,8%	29,7%	14,4%	12,7%	13,6%	7,7%	4,7%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Elaboração própria).

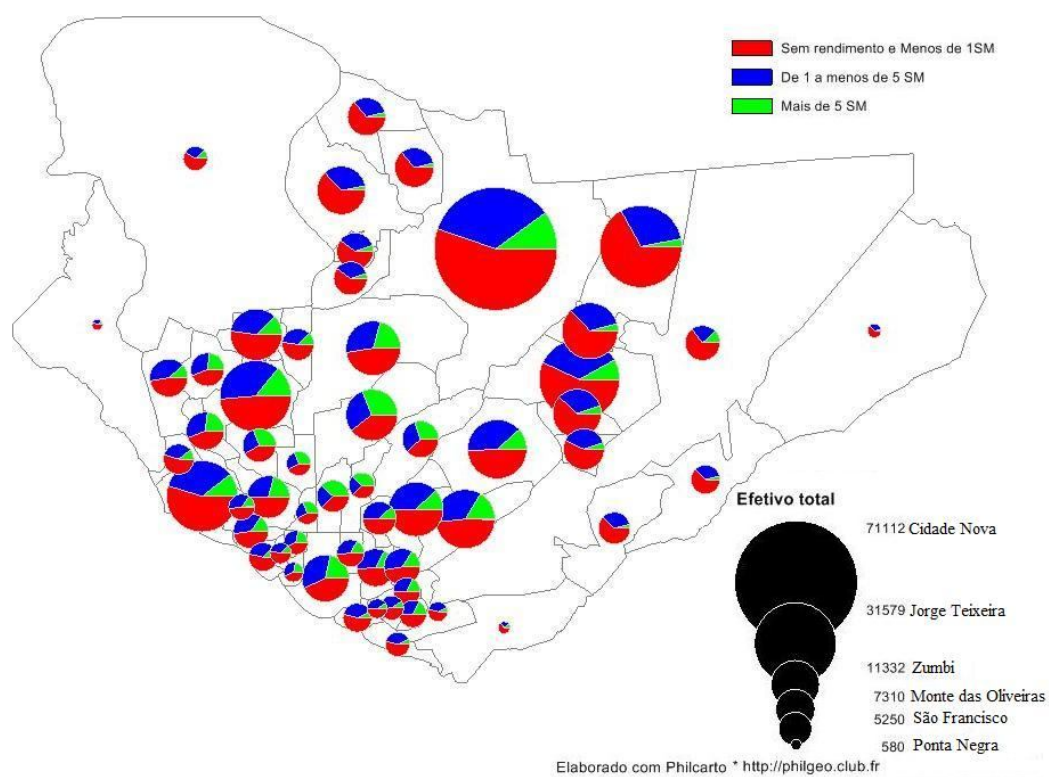
3.3 Distribuição espacial dos rendimentos na área urbana

Pode-se verificar na Figura 5, que os bairros Parque 10, Adrianópolis, N. Sra. Das Graças e Chapada possuem uma proporção significativa de imigrantes com renda superior a 5 SM. O inverso ocorre nos bairros como Jorge Teixeira, Colonia Terra Nova, Santa Etelvina e Monte das Oliveiras. O mapa da figura permite, desta forma, visualizar as disparidades de renda entre os bairros da cidade.

No mesmo mapa (Figura 5), verifica-se, de acordo com os círculos proporcionais ao número total de migrantes, que os bairros com grande número deles tem proporção elevada de trabalhadores de baixa-renda (sem rendimento/menos de 1 SM). Este fato pode ser visualizado nos bairros da zona leste da cidade de Manaus.

Esta situação preocupante, verificada no presente estudo, indica a necessidade da busca de alternativas de geração de emprego e renda, melhorias na qualidade de vida da população manauara, independentemente da condição migratória.

Figura 5 - Distribuição dos imigrantes segundo classes de renda, em Salários Mínimos, Manaus 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou contribuir para o aprofundamento do estudo sobre as migrações, o espaço e o mercado de trabalho na cidade de Manaus. Partiu da análise da migração verificando os aspectos gerais, posteriormente verificou-se a distribuição dos migrantes no espaço urbano da cidade e por fim foi feita a análise de sua inserção no mercado de trabalho local. O presente estudo teve como base um conjunto de indicadores elaborados a partir dos dados censitários disponíveis.

De maneira geral, parece correto afirmar que os migrantes estão inseridos de forma mais intensa no mercado de trabalho, quando comparados aos não-migrantes. Conforme a análise das taxas de participação, foi verificado um maior número de trabalhadores migrantes ativos no mercado de trabalho do que dos naturais da cidade, independentemente do sexo, idade ou escolaridade.

Verificou-se, porém, que esta inserção corresponde, em grande parte, ao mercado informal de trabalho, com desproteção social e excesso de horas de trabalho. Não obstante, este fenômeno varia segundo o tempo de residência do migrante, afetando principalmente os mais recentes, com menos de 3 anos de residência. Infere-se que o migrante recente, impossibilitado de ficar em situação de desemprego, é obrigado a realizar qualquer tipo de trabalho. O que resulta, como verificado nesta dissertação, no excesso de horas trabalhadas, maior incidência de informalidade e baixa contribuição previdenciária. Ressalte-se que conforme aumenta o tempo de residência as taxas tendem a se aproximar das taxas apresentadas pelos naturais, revelando que a forma como o migrante se insere no mercado de trabalho varia de acordo com o tempo de residência.

As taxas de desemprego apresentaram-se inferiores para os migrantes nas três classes de tempo de residência estudadas, de forma que os não-migrantes apresentaram as maiores taxas de desemprego. Quanto ao perfil dos trabalhadores migrantes, verificou-se que os

homens apresentaram taxas de participação superiores e desemprego inferior às mulheres; independentemente da condição migratória, os diferenciais de gênero foram verificados. Por idade, destacaram-se os jovens migrantes com taxas de participação superiores aos não-migrantes e desemprego inferior.

O setor de serviços mostrou-se de grande destaque na absorção da força de trabalho da cidade de Manaus, seguido pela indústria de transformação. Fazendo um comparativo entre os migrantes e os não-migrantes verificou-se distribuição diferenciada entre alguns setores. Grande parte dos trabalhadores migrantes encontravam-se ocupados com serviços, vendedores de comércio em lojas e mercados. Percebe-se uma proporção maior de migrantes recentes nos setores de serviços, construção civil e administração pública.

No que se refere à inserção dos imigrantes no espaço urbano em Manaus, os mapas permitiram que se tivesse uma idéia dos principais espaços da migração na cidade. Assim, percebe-se que a porção da zona leste da cidade é onde se localiza grande parte dos migrantes recentes, fato que se mostra coerente com o maior crescimento desta zona. Claro que somente um estudo mais aprofundado poderá relacionar os fatores que influenciam a disposição espacial verificada, que podem estar relacionados ao preço da terra e ao desenvolvimento de inúmeras e crescentes redes sociais existentes na cidade.

A distribuição dos rendimentos por condição na unidade familiar mostra que mais da metade dos responsáveis, independentemente da condição migratória, recebem até 2 salários mínimos. Proporção significativa dos filhos e cônjuges não possuem rendimentos. No que se refere aos migrantes recentes, a situação pode estar determinada por uma migração familiar não negligenciável.

Ressalte-se que ao analisar os rendimentos dos migrantes por setor de atividade econômica, verificou-se que em alguns setores os migrantes apresentaram, nas classes de

rendimentos mais altos, maior proporção de trabalhadores que os naturais. Destacaram-se os ocupados na administração pública e na indústria de transformação.

Em termos de sugestões para possíveis estudos futuros, propõe-se o aprofundamento da análise através de ferramentas que verifiquem a existência de correlações entre os indicadores do mercado de trabalho, o tempo de moradia dos migrantes e o espaço. A utilização dos dados do censo de 2010 terá, certamente, papel indispensável nesse nível do estudo.

REFERÊNCIAS

- AVERBUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. *In*: GIAMBIAGI, F. *et al.* (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- BALTAR, P. A. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990 *In* PRONI, M *et al.* (Org.) **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 1990**. São Paulo; Editora UNESP; Campinas, 2003.
- BECKER, B. Amazônia: mudanças estruturais na passagem do milênio. *In* **Amazônia terra e civilização: uma trajetória de 60 anos** / Armando Mendes Dias (Org.) 2 ed – Belém: Banco da Amazônia, 2004.
- BORJAS, G. J. **Economics of Migration**. International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences Section No. 3.4, Article No. 38, 2000.
- BORJAS, G. J. **The labor demand curve is downward sloping: reexamining the impact of immigration on the labor market**. The Quarterly Journal of Economics, November 2003.
- BRIGG, P. H. Migración a las areas urbanas *In* MOURA, Hélio. (Coordenador). **Migração Interna: Textos selecionados**. BNB, Fortaleza-CE, 1980.
- BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar (Texto para discussão; 366), 2009.
- CEPAL/CELADE. REDATAM+SP. Disponível em <http://www.eclac.org/redatam/>
- CHISWICK, B. R.; LEE, Y. L.; MILLER, P. W. **Immigrant Earnings: A Longitudinal Analysis**. Review of Income and Wealth, Vol. 51, No. 4, 2005.
- DEDECCA, C; CUNHA, J. **Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito**. Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.
- FERREIRA, A. H. B. **Os movimentos migratórios e as diferenças de renda per capita entre os estados no Brasil (1970-1980)**. Revista Brasileira de Estudos da População, Campinas, 1996.
- FERREIRA, A. **Migrações internas e subdesenvolvimento**. Uma discussão. Revista de Economia Política, Vol. 6, n1 , janeiro-abril/1986.
- FRIEDBERG, R.M. **The impact of mass migration on the Israeli labor market**. Quarterly Journal of Economics. 2000.
- GOLGHER, A. **Determinantes da migração e diferenciais entre migrantes e não-migrantes em Minas Gerais**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG (Tese Doutorado) 2001.
- GOLGHER, A. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, (Texto para discussão; 231), 2004.

GREENWOOD, M. Research on internal migration in the United States: a survey. *Journal of Economic Literature*, 1975. In MOURA, Hélio. (Coordenador). **Migração Interna: Textos selecionados**. BNB, Fortaleza-CE, 1980.

GREMAUDE, A; VASCONCELOS, M; TONETO, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7.ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE. Censo demográfico de 2000: documentação dos microdados da amostra. 2002

IPEA. **Brasil: o estado de uma nação - mercado de trabalho, emprego e informalidade**, 2006 - Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

LEE, E. A Theory on migration. *Demography*, 3 (1): 47-57, 1966 (Population studies, Center, Series in Studies of Human Resources, 1) In MOURA, Hélio. (Coordenador). **Migração Interna: Textos selecionados**. BNB, Fortaleza-CE, 1980.

LEONE, E. T. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In PRONI, M *et al.* (Org.) **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 1990**. São Paulo; Editora UNESP; Campinas, 2003.

LOUREIRO, V. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia: Uma Análise dos Incentivos Governamentais**, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa nº. 39, 1978.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. IPEA, texto para discussão N. 329, 1994.

MARTINE, G. E TURCHI, L. **A urbanização da Amazônia: realidade e significado**. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, PE, v. 2, ABEP, 1988.

MATA, M. *et al.* **Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

MOURA, H. A.; MELO, M. L. **Migrações para Manaus**. Editora Massangana. Recife, 1990.

NACIONES UNIDAS. Manual VI – Métodos de medición de La migración interna. In MOURA, Hélio. (Coordenador). **Migração Interna: Textos selecionados**. BNB, Fortaleza-CE, 1980.

NOGUEIRA, O. J. O. **Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria**. Revista Análise e Conjuntura. Belo Horizonte, v.6, no 1, jan/abr., 1991.

OLIVEIRA, O; STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: Aspectos sociológicos. In MOURA, Hélio. (Coordenador). **Migração Interna: Textos selecionados**. BNB, Fortaleza-CE, 1980.

OLIVEIRA, A. E. **Amazônia: Modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Séc. XVII ao XX)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Sér. Antropologia 4(1), 1988.

PANDOLFO, C. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PHILCARTO. Disponível em <http://philcarto.free.fr/>

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo, Boitempo, 2008.

RAPOSO, D. e MACHADO, A. **Abertura comercial e mercado de trabalho: uma resenha bibliográfica**. Texto para discussão no. 177, Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

SANTOS, M; BARBIERI, A; CARVALHO, J; MACHADO, C. **Migração: Uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Texto para discussão n.398. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SACHSIDA, A.; CASTRO, P.; MENDONÇA, M.; ALBUQUERQUE, P. **Perfil do migrante brasileiro**. Texto para discussão No 1410 Rio de Janeiro, 2009.

SALIM, C. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. Viii Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 1992.

SINGER, P. Economia Política e Urbanização. 3ed CEBRAP, Brasiliense, 1976 In MOURA, Hélio. (Coordenador). **Migração Interna: Textos selecionados**. BNB, Fortaleza-CE, 1980.

SINGER, P. **Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista**. São Paulo, HUCITEC, 1977.

TEIXEIRA, P; BRASIL, M. **Características da dinâmica demográfica do Município de Manaus**. No prelo. 2010.

ANEXOS

Anexo 1 – Dados por bairros, população total e migrantes na cidade de Manaus, censo 2000.

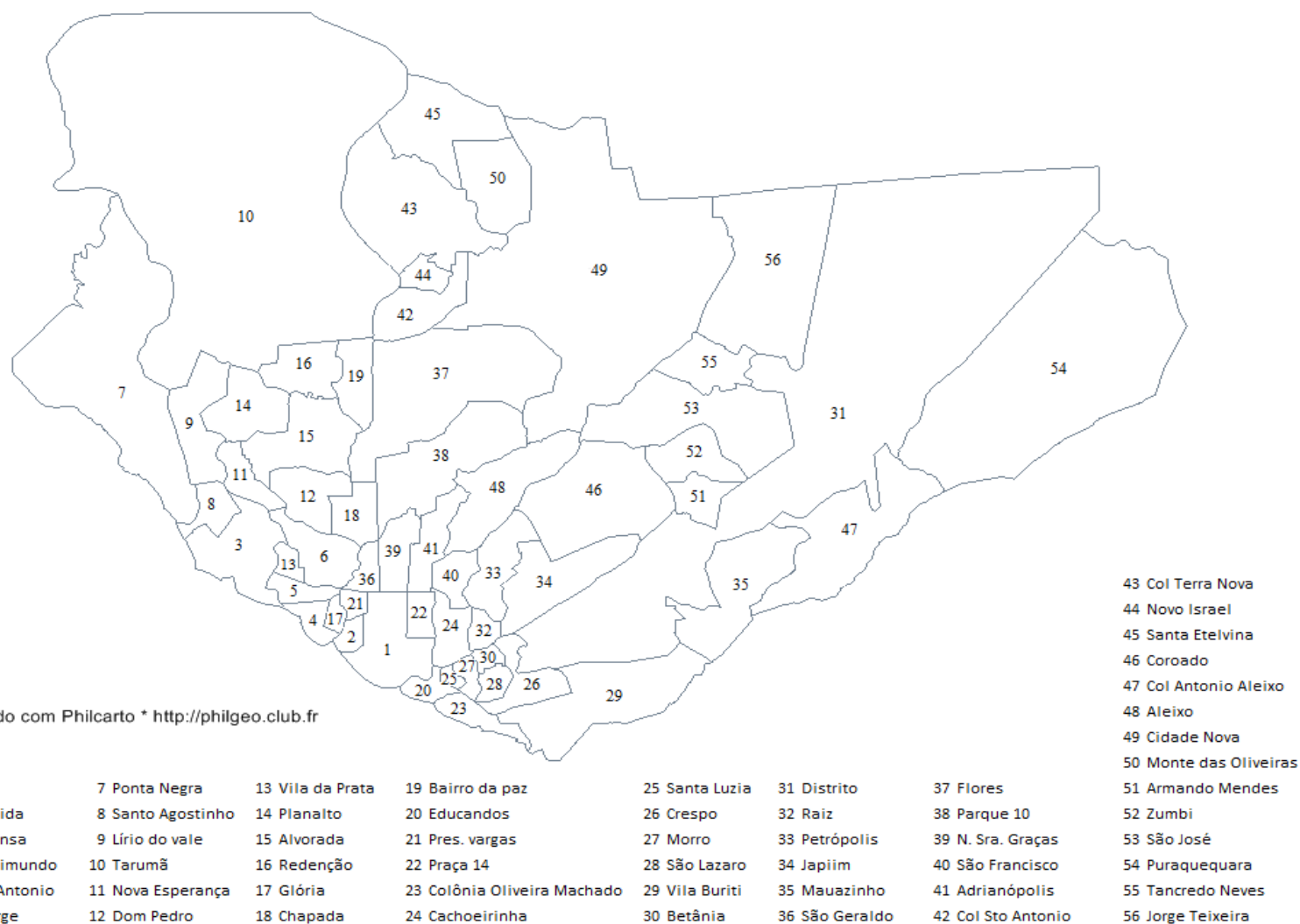
		População Total	Total migrantes (Última etapa)	Percentual de Migrantes (total)	Migrantes (menos de 3 anos)	Migrantes (de 3 a 9 anos)	Migrantes (10 anos ou mais)	Percentual (menos de 3 anos)	Percentual (de 3 a 9 anos)	percentual (com 10 anos ou mais)	Migrantes Intraestad uais em %	Migrantes Interesta duais em %
1	Centro	33568	11099	33,1%	1728	3036	6336	5,15%	9,0%	18,9%	37,80%	62,20%
2	Aparecida	5528	1828	33,1%	285	500	1043	5,15%	9,0%	18,9%	37,80%	62,20%
3	Compensa	75525	25849	34,2%	3402	5215	17232	4,50%	6,9%	22,8%	36,62%	63,38%
4	São Raimundo	15655	4002	25,6%	387	745	2869	2,47%	4,8%	18,3%	56,13%	43,87%
5	Santo Antonio	19301	5990	31,0%	471	1342	4177	2,44%	7,0%	21,6%	47,95%	52,05%
6	São Jorge	25144	8963	35,6%	1384	2077	5502	5,50%	8,3%	21,9%	25,10%	74,90%
7	Ponta Negra	1465	630	43,0%	181	196	254	12,35%	13,4%	17,3%	32,79%	67,21%
8	Santo Agostinho	13116	4489	34,2%	591	906	2992	4,50%	6,9%	22,8%	36,62%	63,38%
9	Lírio do vale	19373	7190	37,1%	818	1543	4829	4,22%	8,0%	24,9%	44,81%	55,19%
10	Tarumã	7291	3138	43,0%	900	973	1264	12,35%	13,4%	17,3%	32,79%	67,21%
11	Nova Esperança	17747	7033	39,6%	695	1738	4600	3,92%	9,8%	25,9%	35,01%	64,99%
12	Dom Pedro	15863	5730	36,1%	1020	1385	3324	6,43%	8,7%	21,0%	27,08%	72,92%
13	Vila da prata	11031	3424	31,0%	269	767	2388	2,44%	7,0%	21,6%	47,95%	52,05%
14	Planalto	13352	5291	39,6%	523	1308	3460	3,92%	9,8%	25,9%	35,01%	64,99%
15	Alvorada	66494	25508	38,4%	2999	5041	17468	4,51%	7,6%	26,3%	35,41%	64,59%
16	Redenção	33019	12776	38,7%	1092	2985	8699	3,31%	9,0%	26,3%	44,46%	55,54%
17	Gloria	8427	2154	25,6%	208	401	1545	2,47%	4,8%	18,3%	56,13%	43,87%
18	Chapada	7882	2847	36,1%	507	688	1652	6,43%	8,7%	21,0%	27,08%	72,92%
19	Bairro da paz	12294	4757	38,7%	406	1112	3239	3,31%	9,0%	26,3%	44,46%	55,54%
20	Educandos	15995	4032	25,2%	515	820	2697	3,22%	5,1%	16,9%	44,41%	55,59%
21	Presvargas	9097	3008	33,1%	468	823	1717	5,15%	9,0%	18,9%	37,80%	62,20%
22	Praça 14	11982	3578	29,9%	515	771	2291	4,30%	6,4%	19,1%	39,64%	60,36%
23	Colônia Oliveira	11326	2855	25,2%	365	581	1910	3,22%	5,1%	16,9%	44,41%	55,59%

	machado											
24	Cachoeirinha	24352	7272	29,9%	1047	1568	4657	4,30%	6,4%	19,1%	39,64%	60,36%
25	Santa Luzia	8390	1800	21,5%	222	354	1223	2,65%	4,2%	14,6%	49,75%	50,25%
26	Crespo	7894	1990	25,2%	254	405	1331	3,22%	5,1%	16,9%	44,41%	55,59%
27	Morro	13599	2917	21,5%	361	574	1983	2,65%	4,2%	14,6%	49,75%	50,25%
28	São Iazaro	10702	3652	34,1%	750	1016	1887	7,00%	9,5%	17,6%	26,72%	73,28%
29	Vila Buriti	1892	804	42,5%	141	315	347	7,48%	16,7%	18,3%	17,92%	82,08%
30	Betânia	10859	3706	34,1%	760	1030	1915	7,00%	9,5%	17,6%	26,72%	73,28%
31	Distrito	15467	6571	42,5%	1157	2578	2836	7,48%	16,7%	18,3%	17,92%	82,08%
32	Raiz	17522	6245	35,6%	530	1462	4253	3,02%	8,3%	24,3%	44,17%	55,83%
33	Petrópolis	41958	14378	34,3%	1502	3115	9761	3,58%	7,4%	23,3%	42,50%	57,50%
34	Japiim	52376	17509	33,4%	2003	3531	11975	3,82%	6,7%	22,9%	40,18%	59,82%
35	Mauazinho	15028	4809	32,0%	414	1327	3067	2,75%	8,8%	20,4%	74,75%	25,25%
36	São Geraldo	7022	2536	36,1%	452	613	1472	6,43%	8,7%	21,0%	27,08%	72,92%
37	Flores	34343	6659	19,4%	981	1363	4315	2,86%	4,0%	12,6%	31,84%	68,16%
38	Parque 10	32817	12882	39,3%	1876	3607	7398	5,72%	11,0%	22,5%	26,87%	73,13%
39	Nsgraças	13491	4847	35,9%	897	1051	2899	6,65%	7,8%	21,5%	22,47%	77,53%
40	São Francisco	15833	5425	34,3%	567	1175	3683	3,58%	7,4%	23,3%	42,50%	57,50%
41	Adrianópolis	9150	3288	35,9%	609	713	1966	6,65%	7,8%	21,5%	22,47%	77,53%
42	Col Sto Antonio	12446	5494	44,1%	445	1623	3427	3,57%	13,0%	27,5%	37,88%	62,12%
43	Col Terra Nova	27146	11814	43,5%	1444	4414	5955	5,32%	16,3%	21,9%	32,83%	67,17%
44	Novo Israel	14416	6364	44,1%	515	1879	3969	3,57%	13,0%	27,5%	37,88%	62,12%
45	Santa Etelvina	16477	7422	45,0%	1365	2973	3083	8,29%	18,0%	18,7%	38,29%	61,71%
46	Coroado	45109	16799	37,2%	1650	3295	11855	3,66%	7,3%	26,3%	34,12%	65,88%
47	Antonio Aleixo	12475	3992	32,0%	344	1102	2546	2,75%	8,8%	20,4%	74,75%	25,25%
48	Aleixo	19282	6659	34,5%	981	1363	4315	5,09%	7,1%	22,4%	14,26%	85,74%
49	Cidade Nova	193490	76641	39,6%	11654	26278	38710	6,02%	13,6%	20,0%	36,60%	63,40%
	Monte das											
50	Oliveiras	18108	8156	45,0%	1501	3268	3388	8,29%	18,0%	18,7%	38,29%	61,71%
51	Armando Mendes	20008	8152	40,7%	487	1767	5898	2,43%	8,8%	29,5%	41,19%	58,81%
52	Zumbi	30336	11789	38,9%	981	3022	7787	3,23%	10,0%	25,7%	40,80%	59,20%

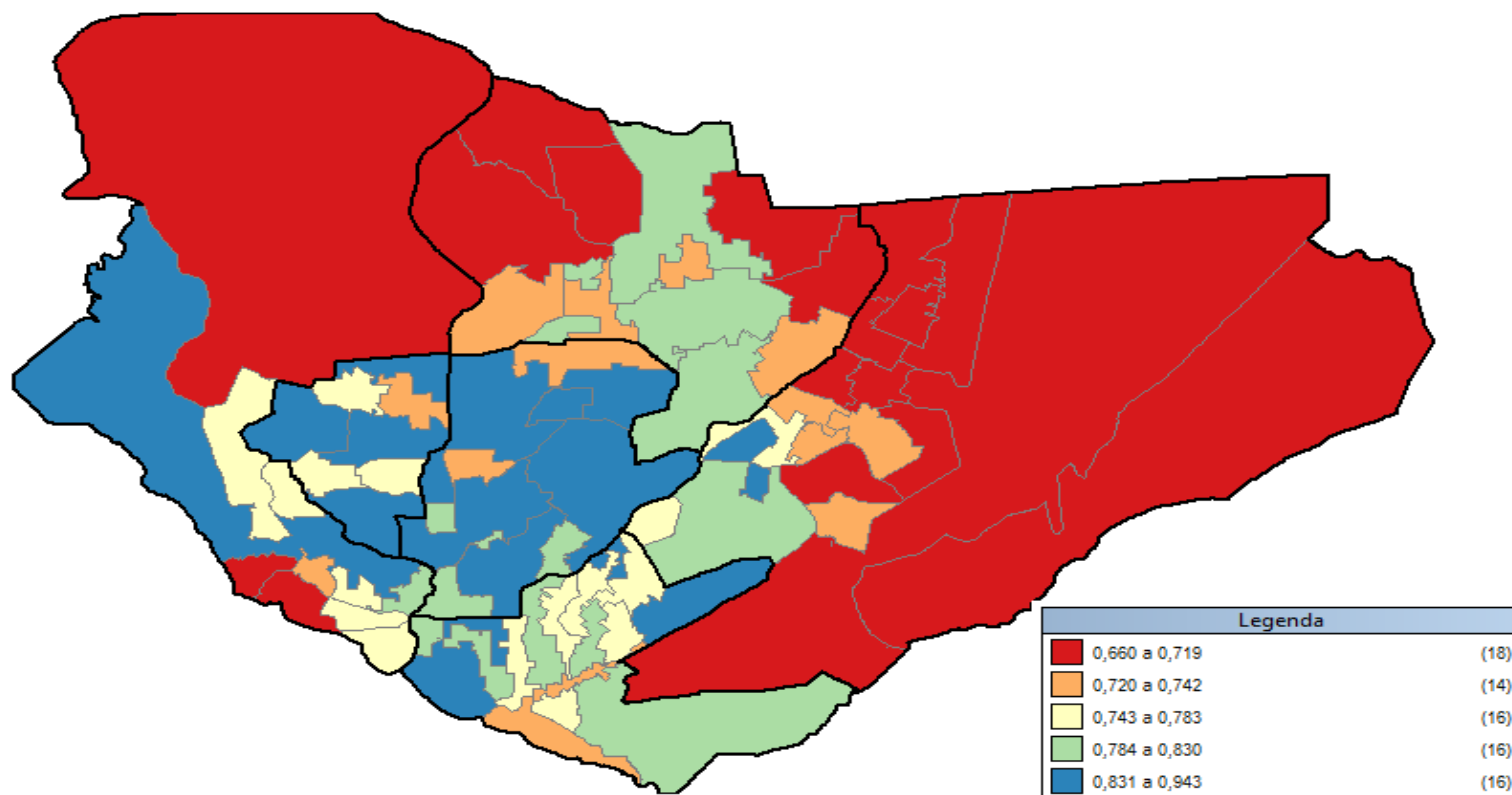
53	São Jose	84490	32960	39,0%	4401	9230	19329	5,21%	10,9%	22,9%	36,85%	63,15%
54	Puraquequara	3137	1004	32,0%	86	277	640	2,75%	8,8%	20,4%	74,75%	25,25%
55	Tancredo neves	35772	15541	43,4%	1759	5172	8609	4,92%	14,5%	24,1%	38,63%	61,37%
56	Jorge Teixeira	78631	34266	43,6%	4817	13142	16307	6,13%	16,7%	20,7%	39,13%	60,87%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 (Elaboração própria).

Anexo 2 - Mapa dos Bairros da cidade de Manaus



Anexo 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de Manaus – 2000